

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

NA LUTA PELA TERRA: CUTRALE X MST (SETEMBRO DE 2009)

NÚBIA TORTELLI MENDONÇA

NÚBIA TORTELLI MENDONÇA

NA LUTA PELA TERRA: CUTRALE X MST (SETEMBRO DE 2009)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula.

UBERLÂNDIA, NOVEMBRO DE 2012.

NÚBIA TORTELLI MENDONÇA

NA LUTA PELA TERRA: CUTRALE X MST (SETEMBRO DE 2009)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula (Orientadora)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes (UFU)

Prof^a. Ms. Renata Rastrello e Silva (UFU)

MENDONÇA, Núbia Tortelli, (1988)

Na luta pela terra: Cutrale X MST (setembro de 2009)

Núbia Tortelli Mendonça, 2012

77 fl

Orientadora: Dilma Andrade de Paula

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Palavras chaves: Agronegócio, reforma agrária e hegemonia.

AGRADECIMENTOS

O meu eterno agradecimento ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que sem a existência dele não seria possível a escolha deste tema, ao povo que nele está organizado, um povo que se propõe a resistir e a lutar em nosso país, que se dedica a construir um mundo novo. Pelos momentos de grande aprendizado em seus assentamentos e acampamentos do que é a luta de classes.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe e ao meu pai, Albani e Rui, pela dedicação para me proporcionar os melhores estudos, por me manter em uma universidade pública e por me dar a liberdade de fazer minhas próprias escolhas. Aos meus tios Silas (In Memoriam) e Cila e a minha prima Rosana por me acolherem aqui em Uberlândia.

Ao movimento estudantil que me despertou para a luta por uma educação pública de qualidade e pela transformação da sociedade, particularmente aos companheiros da gestão do DCE da UFU de 2008 “Não vou me adaptar”, do Coletivo Viramundo, do Centro Acadêmico de História e do Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais.

Aos meus companheiros e companheiras que de alguma forma estiveram comigo nesta caminhada, que participaram e contribuíram ativamente para o meu processo de formação acadêmico, político e social, que me fizeram entender o que é companheirismo e coletividade. Meus sinceros agradecimentos a Natália Gomes, Lara, Diego, Luana, Ronicley, Rafildes, Anderson, Priscila, Paula, Agnes, Maria Flor, Amanda, Gabriel, Rebeca, João Evaristo, Alessandra, Alexandre, Carol, Gabriela, Pedro, Jaqueline, Camila, Nathália, Fernando, Juliana, Nayara, Geisyane, Beatriz e Mayara.

A minha orientadora Dilma Andrade de Paula, pela dedicação e paciência na elaboração deste trabalho, por compreender minhas dificuldades e contribuir para saná-las, por respeitar os meus posicionamentos e apoiar a minha militância.

Esta terra é desmedida

e devia ser comum,

devia ser repartida

um toco para cada um,

mode morar sossegado.

Eu já tenho imaginado

Que a baixa, o sertão e a serra,

Devia sê coisa nossa;

Quem não trabalha na roça,

Que diabo quer com a terra?

Patativa do Assaré

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar como o agronegócio, a atual classe dominante rural construiu e busca manter o seu projeto, e como a classe trabalhadora contrapõe e constrói um projeto contra-hegemônico.

A história da questão agrária no Brasil foi marcada pela disputa de projetos que defenderam algum tipo de reforma agrária e os que acreditavam na manutenção do latifúndio, que foi se transformado em grandes empresas agrícolas, culminando no que chamamos hoje de agronegócio. No processo de consolidação do capitalismo no Brasil se construiu um projeto hegemônico para o campo que predominou a manutenção do latifúndio.

Desta forma, para compreendermos como a disputa entre esses projetos se dão no âmbito da sociedade, utilizamos como fonte de pesquisa a imprensa, através de dois jornais de distribuição nacional a *Folha de São Paulo* e o *Brasil de Fato*. A análise se deu com foco de visualizar quais são os discursos e argumentos utilizados para a defesa do agronegócio e para a defesa da reforma agrária. Por meio da ocupação feita pelo MST da fazenda Santo Henrique, que era utilizada para produzir laranjas pela empresa multinacional Cutrale.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 A reforma agrária nunca conquistada.....	15
1.1 A questão agrária em disputa e o surgimento do MST.....	15
1.2 A consolidação do agronegócio nos governos FHC e Lula.....	24
1.3 Empresa Cutrale: expressão do agronegócio brasileiro.....	30
CAPÍTULO 2 A disputa de projeto para o campo brasileiro através da imprensa: <i>Folha de São Paulo e Brasil de Fato</i>	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
FONTES.....	75

APRESENTAÇÃO

O tema escolhido para o meu trabalho de conclusão de curso foi a disputa entre o agronegócio e o projeto de reforma agrária defendido pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), por meio do episódio em que trabalhadores ocuparam uma fazenda de produção de laranjas, no dia 28/09/2009. A fonte utilizada para analisar este embate foi a mídia. Por meio desse acontecimento procurei tratar da ampla trama política que envolve a questão agrária no Brasil.

Entendo que ao longo da história do Brasil, no processo de consolidação do capitalismo, construiu-se um projeto hegemônico para a agricultura brasileira, no qual o setor agrário-exportador tomou a frente, formando uma aliança entre a velha oligarquia rural, os capitalistas industriais de capital internacional e a nova burguesia industrial. A industrialização já nasceu subordinada ao capital internacional. Como a burguesia brasileira era dependente do imperialismo, não se construiu um mercado interno forte, combatendo qualquer tipo de distribuição de terras, ocorrendo o êxodo rural e formando a reserva de mão de obra barata para trabalhar nas fábricas nas cidades.

Um pouco antes do golpe e durante a ditadura militar houve uma disputa entre duas propostas de reforma agrária. A primeira era feita por líderes políticos que acreditavam que a reforma agrária ainda se constituía como a única forma de modernizar o campo brasileiro, e a segunda proposta, que vinha como contraponto, foi a de manutenção da grande propriedade de terra, ou seja, manter os grandes latifúndios e modernizá-los, transformando-os em empresas agrícolas.

Este processo culminou no que chamamos de agronegócio, descrito por Sonia Regina de Mendonça como uma atividade agrícola ligada a um processo de tecnificação do setor rural e concentração fundiária, associado diretamente a atividades agro-industriais e financeiras “[...] construindo-se um poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aquilatado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política. [...]”¹ Abarcando desde empresas de produção e aperfeiçoamento de sementes – Monsanto – até as vinculadas a grande mídia, por exemplo, a TV Globo.

¹ MENDONÇA, Sonia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 219;

Qualquer projeto que contraponha este dominante tem que ser reprimido, combatido de todas as formas, seja por força policial ou pela mídia, já que a classe dominante conquistou também, segundo Lúcia Maria W. Neves os aparelhos privados de hegemonia, dentre eles, alguns jornais e/ou outros veículos da grande mídia nacional.

A politização da sociedade civil propiciou à burguesia um novo conteúdo e uma nova forma às suas estratégias de dominação, transformando-a, simultaneamente, de modo mais equilibrado, em *classe dominante e classe dirigente*. Com a conquista dos aparelhos privados de hegemonia de tipo tradicional, a criação de novos aparelhos ou o controle e a refuncionalização de espaços difusores de idéias das classes dominadas, essa burguesia vem conseguindo, historicamente, traduzir seu domínio econômico-político em direção de toda a vida social. [...] ²

Para vermos na prática como se deu e se dá esta disputa, analisamos a ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que pauta um projeto de reforma agrária para o campo, a uma fazenda que estava sendo utilizada pela empresa Cutrale, expressão do agronegócio. Assim, conseguimos analisar através da mídia os posicionamentos dos principais autores desta disputa, de um lado setores vinculados à classe dominante agrária, através de um dos principais meios de manutenção desta hegemonia, a grande mídia e de outro a classe trabalhadora do campo, como contraponto, através de um jornal que busca romper com esta hegemonia.

Utilizamos como fonte de pesquisa a imprensa, dentre ela escolhemos dois jornais com distribuição nacional, a *Folha de São Paulo* e o *Brasil de Fato*. Como utilizamos a imprensa como uma fonte de pesquisa, tivemos então, que questionar, o que são estes jornais? Quem os produzia? Qual o público alvo? Quais os seus posicionamentos? Entendendo que não há mídia neutra, que todas de forma aberta ou mais oculta se posicionam perante a sociedade a partir das suas reportagens, da organização do jornal, das imagens que escolhe, das manchetes destacadas na primeira página. Desta forma, analisamos a mídia como parte da sociedade e que participa das relações sociais, como coloca Pâmela A. Vieira Simão.

No intuito de apreender as formas construídas/produzidas de representar a realidade utilizada pelo jornal, vários são os elementos que devem ser levados em consideração. Mesmo porque toda a organização do jornal e sua publicação são construídas de forma intencional visando alcançar determinado objetivo, ou seja, a intenção do jornal já carrega um

² NEVES, Lúcia Maria W. Gramsci e a nova pedagogia da hegemonia. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais. Niterói: UFF, 2008, p. 3;

posicionamento pré-estabelecido a partir da forma de organizar o seu caderno e disponibilizá-lo para o público.³

Portanto, para compreender os objetivos de cada jornal utilizado como fonte de pesquisa foi necessário, conhecê-los. Começamos pela *Folha de São Paulo*, que foi fundado em 1960, com a união de três jornais: “Folha da Manhã”, “Folha da Tarde” e “Folha da Noite”, de acordo com Simão. Em 1962, Octávio Frias de Oliveira comprou o jornal *Folha de São Paulo* em parceria com Carlos Caldeira Filho.

A *Folha de São Paulo* faz parte de um grupo ainda maior na área de comunicação, chamado de grupo Folha, um conglomerado de empresas, com diversos serviços, desde portal de acesso a internet, até editoras e gráficas. Dentro deste conglomerado de empresas estão: a UOL (Universo Online), maior grupo de acesso a internet da América Latina, os jornais *Folha de São Paulo* (com distribuição diária e nacional), *Agora*, *Folhapress* e *Valor Econômico*, há também a Folha Online (jornal online), o Datafolha (uma companhia de pesquisa), Transfolha (revistas e jornais sobre a indústria de transporte), as editoras Publifolha e Plural e o provedor de acesso a internet BOL.

Em uma reportagem que encontramos sobre os 90 anos da *Folha*, afirmava-se que o grupo tinha tido um aumento significativo em seus lucros nos últimos 10 anos. No ano de 2010 o grupo chegou a lucrar 2,7 bilhões. A reportagem continuou argumentando que estes lucros são resultados das cinco empresas e das onze unidades de negócios do Grupo Folha, que é comandado por Luiz Frias desde 1992. Dentre as empresas destaque, estava o jornal Folha de São Paulo, colocado como o jornal mais lido no país, em 2010 chegou a alcançar uma distribuição diária de 294.498 exemplares. Assim, o Grupo Folha se tornou o segundo maior grupo de comunicação do país, só perdendo para as organizações Globo.

Ao visitar o sítio do Grupo Folha encontramos um link chamado “Missão, visão, princípios e valores”, que traz um pouco do que o Grupo Folha diz acreditar e querer para a comunicação. Sua missão seria:

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que

³ SIMÃO, Pâmela Aparecida Vieira. **Folha de São Paulo (1990-2008): A construção e (des)construção de uma memória sobre a experiência dos brasileiros no exterior**. 2009. 87f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 13;

contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.⁴

Se colocando como um grupo de comunicação crítico e plural, que deseja mostrar todas as versões dos fatos noticiados, esta foi uma imagem que o Grupo Folha, e como parte dele o Jornal *Folha de São Paulo* gostou de anunciar sempre que houve oportunidades.

O perfil dos principais leitores da *Folha de São Paulo*, segundo Pâmela A. Vieira Simão, são pessoas com alto padrão de renda, com alta escolaridade e maduras (com faixa etária entre 30 a 49 anos), para a autora o jornal quer apresentar a imagem que é um jornal da elite.

O Jornal *Folha de São Paulo* se organiza através de cadernos diários, que circulam todos os dias, e os suplementos, que circulam em dias específicos da semana. Os diários são: “Poder”, segundo o próprio Jornal é um caderno dedicado a política institucional ou não, como os movimentos sociais. O caderno “Mundo” é sobre notícias internacionais. O “Mercado” é um caderno que faz análise de conjuntura econômica brasileira e internacional. “Cotidiano” traz informações sobre segurança, direito ao consumidor e educação, que diz serem úteis para o dia-a-dia do leitor. O caderno “Saúde” tem o objetivo de publicar novidades da medicina. “Ciência” é o caderno que traz novidades e novas descobertas sobre a ciência, e de acordo com o jornal de forma bem didática. Há ainda um caderno chamado “Folha Corrida” que é um resumo das diversas notícias publicadas durante cada edição do jornal. O caderno “Esporte” segundo a própria *Folha* é um caderno que trata do assunto não só como espetáculo, mas também com um olhar empresarial. E o último caderno é o “Ilustrada” que trata de assuntos relacionados a cultura e entretenimento.

Os suplementos que circulam aos domingos são: “Ilustríssima” é um caderno dedicado a cultura e textos literários, “Veículos” que é sobre vendas, compras e manutenção de automóveis, “Emprego” traz sugestões para profissionais terem mais chances no mercado de trabalho, “Negócios” que segundo a Folha orienta os leitores que querem abrir o próprio negócio e “Imóveis” é para informações de como está o mercado imobiliário, de compras, vendas e locação de imóveis. As segundas-feiras têm o caderno “Tec” com assuntos de uso da internet e computadores, o “Folhateen” que vem dentro do caderno Ilustrada é uma seção

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>> Acesso em 17 jun. 2012.

voltada para o público adolescente, “The New York Times International Weekly”, é um compilado de artigos do jornal norte-americano. As terças-feiras há o caderno “Equilíbrio” que tem como objetivo trazer dicas de saúde, como cuidados com o corpo. As quintas-feiras têm o caderno “Turismo” que informa sobre os principais destinos turísticos do Brasil e do mundo. E aos sábados tem o caderno chamado “Folhinha” voltada para as crianças.

O *Brasil de Fato* denominou-se como um jornal com “Uma visão popular do Brasil e do mundo”, esta chamada mostrou que o jornal tem um posicionamento político, com uma visão social, dos movimentos sociais. Foi fundado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 25 de janeiro de 2003, é um jornal com circulação nacional e distribuição semanal. Encontramos no seu sítio um tópico “O que somos”, no qual trazem estas informações já citadas, e colocam o que o jornal acredita:

Por entender que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais criaram o jornal **Brasil de Fato**— um semanal político, de circulação nacional, para contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país.⁵

Mostrou nesta passagem qual parte da sociedade se faz atuante na construção da proposta e organização do jornal, movimentos sociais e organizações partidárias, colocam o posicionamento que defendem muitas vezes em suas próprias reportagens, entendendo que não há espaço na grande mídia, para se falar dos problemas sociais e das lutas dos trabalhadores/as, e, portanto a própria classe trabalhadora tem que criá-los. Caracterizou-se como um jornal plural e diversificado, pois segundo o próprio *Brasil de Fato* reúne diversos intelectuais, jornalistas e articulistas do Brasil e do mundo. Não fica claro, mas o plural e diversificado também poderia estar relacionado a uma diversidade de organizações de esquerda.

Abaixo desta descrição havia a composição da equipe de redação do jornal, desde o editor-chefe ao responsável pelas assinaturas e seu contato de e-mail, depois veio à composição do conselho editorial e havia também uma composição que chamam de conselho político.

⁵ Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1>> Acesso em 06 jun. 2012.

O caderno semanal do *Brasil de Fato* é organizado da seguinte forma: há na segunda página o editorial, que é a opinião do jornal sobre algum fato, a “Opinião”, que é o posicionamento de algum colaborador do jornal, e uma crônica, que não é sempre a mesma pessoa, como em outros jornais. Depois são várias páginas com a Editoria Brasil, que são notícias, artigos sobre o Brasil, há também a editoria América Latina, com notícias de outros países da América Latina, Cultura com textos literários, tirinhas e notícias sobre grupos e eventos culturais e a seção Internacional, com notícias do restante do mundo. Devem-se ressaltar as freqüentes campanhas para angariar assinaturas, já que o jornal, além do sítio virtual, tem uma circulação que depende do engajamento de assinantes e militantes. Não se compara, por exemplo, com o poderio do grupo FOLHA.

É importante expor que a pesquisa e seleção das reportagens da *Folha de São Paulo* foram feitas através da solicitação de um serviço que o próprio jornal oferece de pesquisa que é cobrado, assim, no caso deste jornal as reportagens já chegaram com um recorte, que consistia em reportagens que tinham as palavras “MST e Cutrale”. No caso, do *Brasil de Fato* a pesquisa e a seleção foram realizadas somente através do seu sítio. Assim, a pesquisa de cada periódico foi realizada de forma diferenciada, e pode ter influenciado nas análises e considerações do trabalho.

O objetivo deste trabalho foi compreender como o agronegócio, a classe dominante agrária hoje, construiu a sua hegemonia, e busca mantê-la cotidianamente na nossa sociedade e como age a classe trabalhadora que tem um projeto contra-hegemônico, assim, analisei como estas disputas se dão através da mídia. Para isso, o meu trabalho está organizado em dois capítulos.

O capítulo I “A reforma agrária nunca conquistada” tratou do histórico da questão agrária brasileira à partir da década de 1960 e na ditadura militar, os conflitos e as disputas deste período, da formação do MST, como forma de organização da classe trabalhadora, as políticas para campo brasileiro nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, e sobre a empresa Cutrale, envolvida no caso analisado.

O capítulo II “A disputa de projeto para o campo brasileiro através da imprensa: *Folha de São Paulo* e *Brasil de Fato*” buscou entender como as duas classes – classe dominante e classe trabalhadora - procuram expressar os seus projetos e disputar a sociedade a partir da mídia que eles dispõem.

CAPÍTULO 1

A reforma agrária nunca conquistada

1.1 A questão agrária em disputa e o surgimento do MST

Para entendermos como o projeto do agronegócio se tornou hegemônico para o campo brasileiro precisamos compreender como e quais foram as disputas feitas para chegarmos ao presente momento. Por que o agronegócio vem sendo anunciado como a solução do desenvolvimento rural brasileiro?

Segundo Sônia Regina de Mendonça o Brasil passou por uma crise econômica no período de 1962-1967, sendo que,

[...] a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma *recessão calculada*, tida como necessária para o restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido “milagre brasileiro”, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras).⁶

A expansão capitalista gerou o processo de “modernização” da agricultura brasileira. Começava, então, um grande debate sobre como seria essa modernização do campo, destacando-se duas entidades que representavam a classe dominante rural no Brasil, e que disputavam a hegemonia dessa representação, a primeira foi a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a segunda a Sociedade Rural Brasileira (SRB).⁷ Havia divergências entre ambas, porém um elemento as unificava, a defesa inquestionável da estrutura fundiária da

⁶ MENDONÇA, S.R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 75;

⁷ [...] A Sociedade Nacional de Agricultura, sediada no Rio de Janeiro, foi fundada em 1987, tendo-se revelado um ator político estratégico em vários momentos da história das lutas – sobretudo em sua dimensão entre as classes dominantes – em torno da agricultura e de políticas agrícolas brasileiras no decorrer do século 20, tendo funcionado, ao longo desse período, como espécie de espaço institucional privilegiado no diálogo com a sociedade política brasileira. Já a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, em São Paulo, para fazer frente às demais entidades de classe âmbito regional, bem como à SNA, teve uma participação extremamente ativa junto aos inúmeros contextos de debate nacional sobre a reforma agrária, traduzindo a posição e as idéias do segmento tido como os mais “moderno” da classe dominante agrária brasileira, haja vista a agremiação congregar os poderosos interesses do setor mais industrializado dos “proprietários rurais”, mormente frigoríficos, industriais do setor de beneficiamento alimentício e correlatos, sem falar empresas – nacionais e estrangeiras – que, mais contemporaneamente, passaram a investir igualmente em terras, tanto em São Paulo quanto no restante do país. MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 32;

época, ou seja, do latifúndio. Desta forma, elas se uniram para a defesa da continuidade dessa estrutura, a partir do debate que estava posto de como poderia ser a modernização do campo no Brasil.

No período 1961-64 vivia-se intensa mobilização popular, um

[...] instável equilíbrio entre os partidos, configurando tanto a ruptura do pacto populista (expresso principalmente através da associação PSD/PTB) quanto a emergência da participação popular não tutelada na cena política. A expressão partidária dessas lutas – centradas nas reformas de base, especialmente a Reforma Agrária – demonstrava cada vez mais claramente os perfis ideológicos dos parlamentares. Sua atuação direta a favor dos segmentos em luta e a formação de frentes interpartidárias traziam maior transparência à disputa política, descortinando as fissuras no interior da classe dominante e pondo a nu as contradições de classe, independentemente do espectro partidário.⁸

No governo de João Goulart predominou a defesa de que apenas a reforma agrária traria a “modernização” que o campo brasileiro necessitava como parte das reformas de base, porém esta proposta nunca foi radical, ao ponto de propor o fim dos latifúndios existentes, mas, mesmo assim, nunca agradou a classe dominante rural. Devido a esta referência, a defesa da reforma agrária continuou a predominar no primeiro governo militar depois do golpe de 1964.

A reforma agrária proposta por Castelo Branco, primeiro governo da ditadura militar, tinha duas vertentes distintas. Uma delas propunha uma relativa e incipiente distribuição de terras, e a outra fazia a exigência de produtividade no campo, mas com a manutenção da concentração de terras no país.

Para Mendonça, estas propostas divergentes apontam que:

A rigor, essa tensão de princípios é um claro demonstrativo da disputa de interesses vigente entre as classes dominantes agrária no período: enquanto se iniciava, na prática, a implementação de uma política produtivista, no plano da sociedade política remanesceu um espaço de disputa pela reforma agrária. Afinal, vale lembrar que o primeiro governo militar elegera a reforma agrária como alternativa para a agricultura brasileira, por partilhar do ponto de vista de que a estrutura fundiária consistia em obstáculo ao

⁸ FONTES, V.M, MENDONÇA, S. R. **História do Brasil recente, 1964-1992**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1996, p.13;

desenvolvimento do capitalismo no país. Ao mesmo tempo, constituía-se numa resposta à questão social e política no campo.⁹

Para José de Souza Martins o golpe militar de 1964, executado por uma articulação entre militares e empresários brasileiros, teve como objetivos impedir o crescimento das lutas sociais do campo e o fortalecimento organizativo dos trabalhadores rurais, por isso em todo período da ditadura militar o campo brasileiro esteve em pauta. No governo de Marechal Castelo Branco foi permitida a desapropriação de terras por interesse social, com pagamento de indenização e encaminhado ao Congresso Nacional a proposta de um projeto para o campo brasileiro que se tornaria o Estatuto da Terra.

Pouco tempo depois do golpe de 1964, o governo do marechal Castelo Branco enviou ao Congresso nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra. O Estatuto abria acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos grandes proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: a reforma agrária beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação empresarial. [...] ¹⁰

Ou seja, o Estatuto da Terra não ameaçava os latifúndios, era uma forma apenas de pressioná-los a produzirem mais em suas terras para que a economia brasileira se desenvolvesse, tanto que, na prática, a demanda por terra dos trabalhadores rurais foi pouco atendida. E a reforma agrária foi deixando de ser uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo no campo, passando a ser essencial apenas para os trabalhadores rurais.

Como apontou Martins, os militares não negavam a importância das reformas, mas estas deviam ser feitas de cima para baixo, sem a participação popular no debate de como seriam estas reformas, assim, transformou os problemas políticos e sociais do Brasil em apenas problemas técnicos. Buscaram então, a desmobilização das lutas sociais do campo, através da apropriação e modificação da pauta da reforma agrária, e depois com a repressão

⁹ MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990**. João Pedro Stédile (org.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 40;

¹⁰ MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2ª Ed., 1985, p.22;

muitas vezes violenta da organização dos trabalhadores rurais. Tinham o objetivo de manter um dos princípios básicos do sistema capitalista, a propriedade privada.

É que o encaminhamento da questão fundiária, pela ditadura militar, não podia fazer-se separadamente da questão do desenvolvimento econômico, inclusive do desenvolvimento da agropecuária, entendidos como fortalecimento da grande empresa capitalista e sua expansão. O governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra.¹¹

A reforma agrária da ditadura militar foi apenas em áreas com intenso conflito agrário e o reassentamento em regiões do Brasil chamadas pioneiras, como a região Norte. Porém, pouco tempo depois, foram as mesmas regiões em que o governo liberou para grandes empresas explorarem, ou seja, novos conflitos foram travados.

No governo Garrastazu Médici, a proposta de qualquer tipo de reforma agrária foi totalmente reprimida. Os Ministérios contavam com novos ministros que foram contra qualquer ideia de distribuição de terras, e defendiam com muita força as grandes empresas no campo. Um dos poucos que ainda defendiam a reforma agrária era Cirne Lima - ministro da agricultura - como forma de transformar o trabalhador rural em consumidor, porém, no fim do governo Médici este ministro pediu demissão, assumindo o cargo Moura Calvalcante que claramente estava ao lado dos grandes empresários.

Foi neste mesmo governo da ditadura militar que se criou o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), um órgão do governo que se subordinava ao Ministério da Agricultura, e o que parecia ser sinônimo de importância à reforma agrária, sendo um órgão específico para a questão, fez com que se transformasse em uma questão setorial, como Martins a qualifica, fazendo com que a reforma agrária fosse ainda menos priorizada. Desta forma, a questão se definiu, deixando de existir a ambigüidade da ditadura militar de pautar a reforma agrária e, ao mesmo tempo, defender e beneficiar a empresa do campo.

A década de 1970 foi marcada pela consolidação da integração entre a agricultura, economia exportadora e tecnificação, resultando assim, no aprofundamento da industrialização do campo, deixando claro que a opção que prevaleceu foi de uma

¹¹ Ibidem, p. 32;

“modernização conservadora” como é apontado por Mendonça, que consolidou a propriedade privada, ou seja, manteve os latifúndios, e fez com que aumentasse a produção e a produtividade do campo no Brasil.

A “empresa agrícola” foi o modelo de projeto que ganhou hegemonia em todo esse processo de disputa do que seria a agricultura e a pecuária no Brasil, derrotando a execução ampla de qualquer tipo de projeto de reforma agrária. Ocorreu um processo de construção do que seria a empresa agrícola, o produtor rural não seria mais um simples produtor de matéria-prima, mas se tornava um empresário rural, sendo sua propriedade uma “moderna” empresa. Como assinala Mendonça

[...] para tanto, seria necessário consolidar-se, igualmente, uma categorização social de novo tipo: o empresário rural. Mais que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação. Nessa nova identidade, não deveriam limitar-se ao papel de meros proprietários de terra, porém contar com uma mentalidade “evoluída” e aberta às inovações tecnológicas de que estaria carente a agricultura brasileira.¹²

Diferente de muitos outros países que, para desenvolver o capitalismo no campo, optaram por uma reforma agrária, para explorar com mais eficiência todos os pedaços de terra, e fazendo com que produtores rurais tivessem capacidade de consumir, no Brasil, predominou a concentração de terras, sendo construído um projeto que desenvolvesse grandes extensões de terras, de um mesmo proprietário. Portanto, para sobreviver ao capitalismo os latifúndios tornaram-se grandes empresas rurais. Desta forma, incrementava-se a industrialização no campo, que se deu, principalmente, por causa de investimentos de capital estrangeiro no país e a liberação de subsídios e créditos para a agricultura concedidos pelo Estado.

Com o enfraquecimento da ditadura militar no país, no fim da década de 1970, os trabalhadores voltaram a lutar, intensificaram as greves nas fábricas, no campo e as ocupações de terra. Com o acirramento de conflitos agrários, setores mais progressistas da Igreja Católica, a partir da Pastoral da Terra, passaram a contribuir com a articulação dessas lutas. Foi neste contexto que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, segundo

¹² MENDONÇA, op. cit., p.52;

Maria Socorro Ramos Militão, uma forma de contraposição ao que estava se tornando o campo brasileiro.

Dentre as condições que propiciaram a emergência do MST, o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, teve papel destacado na medida em que provocou uma imensa expropriação e proletarização do campesinato, expressas no aumento alarmante de migração rural-urbana. E quando o emprego urbano não mais se apresentava como alternativa viável para os trabalhadores expulsos do campo, das periferias e favelas das cidades, a única saída passava a ser a resistência na terra ou a luta por ela. Por isso, as ocupações se intensificaram e os acampamentos sem-terra multiplicaram-se exigindo respostas do governo.¹³

Em setembro de 1979, foi ocupada a primeira fazenda no Rio Grande do Sul, com cerca de 110 famílias, e assim, outras ocupações foram ocorrendo até 1984, quando ocorreu o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), sendo este o marco para a fundação oficial do MST, de um movimento social de luta pela terra, em resposta ao sindicalismo rural não combativo e a questão da verdadeira reforma agrária nunca resolvida no Brasil.

Logo no ano seguinte, 1985, foi realizado o I Congresso Nacional do movimento, em Curitiba (PR), com trabalhadores de quase todos os estados brasileiros, com o objetivo de definir melhor o que seria o movimento. Foi definido que o MST era um movimento de massas que lutava pela reforma agrária, que utilizaria as ocupações de terras como principal forma de luta e que “propunha-se a organizar os trabalhadores na base; fortalecer a participação dos trabalhadores nos sindicatos e nos partidos políticos e investir na formação política, a fim de criar uma direção dos sem-terra.”¹⁴

Outra definição importante para o MST foi a opção pela sua autonomia em relação a sindicatos e partidos, pois como o movimento surgiu no mesmo processo que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) avaliaram que não havia necessidade de uma relação de dependência entre estas entidades.

O surgimento do MST veio como resultado do acúmulo de lutas por terra no Brasil, desde a colonização até a década de 1980, sendo que um dos últimos movimentos que fizeram

¹³ MILITÃO, Maria do Socorro Ramos. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: observações sobre a reforma intelectual e moral gramsciana**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2008, p. 34;

¹⁴ Ibidem, p. 36;

parte desse processo de disputa do campo brasileiro foram as Ligas Camponesas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹⁵

Na década de 1980 consolidou o discurso de que o produtor era um empresário rural, e com o Governo de João Figueiredo veio uma política de incentivo às exportações de produtos agrícolas, e se mantiveram os créditos.

Com o primeiro presidente civil, após a ditadura, José Sarney, a questão da reforma agrária voltou a ser pautada, a partir do lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivo acabar com os conflitos violentos que vinham ocorrendo no campo, que causavam muitas mortes de trabalhadores rurais, e também impedir o avanço das mobilizações organizadas pelos próprios trabalhadores rurais que cresciam rapidamente. O debate da questão agrária no Brasil continuou na Constituinte, e como resultado político desse processo houve a construção da Constituição, aprovada em 1988.

O PNRA resgatou e ressignificou para a conjuntura de redemocratização do país alguns elementos do Estatuto da Terra que nunca chegaram a ser cumpridos de fato na ditadura militar, um deles foi: “[...] a preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante fio condutor da penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definido como terras improdutivas.”¹⁶

O objetivo era desapropriar terras e assentar trabalhadores sem terra, em regiões que estavam em grandes conflitos, atendendo assim, as demandas mais urgentes por terra. A proposta foi apresentada primeiramente em público no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, causando um alvoroço nos setores da classe dominante rural, acirrando as tensões entre trabalhadores rurais e latifundiários e agroindustriais, entre os que necessitavam de um projeto político de reforma agrária efetivo, e os que queriam que continuasse em crescimento a empresa agrícola.

¹⁵ Clodomir Santos de Moraes aponta que as Ligas Camponesas surgiram em um contexto em que se tinha uma grande dificuldade de organizar os sindicatos rurais, assim o PCB para burlar a lei, começaram a construir as Ligas Camponesas, um movimento camponês bastante centralizado, devido a estreita relação com o Partido Comunista. O movimento esteve mais orgânico em dois momentos, o primeiro foi na sua formação inicial de 1945 a 1947, pois o país retornou para um regime democrático possibilitando a mobilização dos camponeses. O segundo momento foi de 1954 a 1964, no qual o processo de mobilização e organização dos camponeses foi interrompido pelo golpe militar. STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹⁶ MENDONÇA, op. cit., p. 91;

O Plano previa grandes metas, como o assentamento de sete milhões de trabalhadores sem terra dentro de 15 anos, e também garantia a participação de entidades representativas dos trabalhadores rurais em todas as instâncias do PNRA. Foi uma proposta mais progressista do que o esperado, como assinala Militão, fazendo com que houvesse uma organização das forças favoráveis e as forças contrárias para a disputa do plano.

A reação da classe dominante foi intensa, mas não coesa. Havia algumas divergências nos posicionamentos apresentados, começando pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), que desqualificou totalmente o Plano Nacional de Reforma Agrária, fazendo a defesa da propriedade privada e seguindo com a construção da identidade de empresário do campo. Já a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) apresentava em seus posicionamentos uma opinião mais favorável a algum tipo de reforma agrária.

Surgiu também a União Democrática Ruralista (UDR)¹⁷ como parte da classe dominante rural, em reação ao PNRA, com o objetivo explícito de combater qualquer tipo de reforma agrária, e fazer a extrema defesa do direito à propriedade da terra e, segundo Claudinei Coletti, para acabar com o que chamavam de “invasões” pregavam e contribuíam com a organização de milícias privadas para a proteção dos latifúndios. A consequência foi o grande aumento de conflitos armados no país entre 1985 a 1989. Outra tática que a UDR utilizou para a defesa da propriedade privada, foi o apoio a diversos candidatos nas eleições de 1986, incluindo muitos candidatos ao Congresso Nacional Constituinte, que seria instalado para pensar a proposta de uma nova Constituição para o Brasil.

No fim, toda a classe dominante se uniu para derrotar o PNRA, houve uma pressão tão forte que tal aprovação foi adiada diversas vezes, e as mudanças foram muitas. De acordo com Coletti, o objetivo geral do PNRA aprovado era apenas “promover uma melhor distribuição de terras”. Outro ponto importante na proposta inicial era a de que uma terra poderia ser desapropriada, caso não estivesse cumprindo com a sua função social, o que também foi modificado, como praticamente todas as propostas que colocava em risco a propriedade privada da terra.

¹⁷ A União Democrática Ruralista foi criada em Goiás, em 1985, segundo Mendonça, 30 dias após a divulgação do PNRA, os seus dirigentes eram proprietários de uma região até então, “inexpressiva em termos de ação política organizada”. Colocavam como seus principais inimigos a Igreja Católica progressista e os sem terra. E a entidade desejava ser a representante hegemônica de todo o patronato rural e agroindustrial. MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990**. João Pedro Stédile (org.). 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 124;

As discussões sobre a questão agrária brasileira voltaram para debate dentro do Estado na Assembléia Nacional Constituinte, responsável por elaborar uma nova Constituição para o Brasil, instalada em 1º de fevereiro de 1987, segundo Coletti, foi naquele momento que as entidades que representavam a classe dominante rural mostraram de fato a sua força política.

Na Assembléia Nacional Constituinte, setores representativos das classes dominantes agrárias conseguiram isentar de desapropriação a chamada ‘propriedade produtiva’, mesmo sendo um latifúndio. Abriu-se então, margem para não haver mais desapropriações de terras, nem mesmo em casos no qual as terras não estavam sendo utilizadas. O INCRA, por exemplo, passou a utilizar a expressão “área aproveitável não explorada”, para terras que tinham capacidade de produzir, mas que estavam abandonadas. Desta forma, sobraram para a reforma agrária as terras onde o solo era de má qualidade, e nada se conseguiria produzir.

Com as disputas causadas em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária, houve em parte uma derrota dos trabalhadores rurais na Constituinte, pois as leis aprovadas em relação à questão agrária eram mais conservadoras do que no Estatuto da Terra. Assim, os trabalhadores sem-terra ficaram cinco anos, de 1988 a 1993 sem nenhuma forma legal que autorizasse desapropriações de terra. A regulamentação da lei agrária só ocorreu em 1993 no governo de Itamar Franco.

Entretanto, esta derrota no âmbito do Estado, fez com que o MST crescesse, como afirma Militão em sua tese.

Isso porque, a correlação de forças entre o MST e a UDR acabou politizando a luta pela terra no Brasil, tanto nas instâncias do aparelho estatal que não podiam mais ignorar a existência de uma questão agrária não-resolvida, quanto pelo fato dos proprietários rurais e dos sem-terra se apresentarem no cenário brasileiro como forças políticas e sociais reais, com interesses distintos e opostos. Ao privilegiar, nesse momento, a ação política direta de enfrentamento e resistência, através das ocupações de terra e das manifestações públicas, o MST pôde crescer e consolidar-se nacionalmente. [...]¹⁸

Para Militão, o MST colocou no centro da luta de classes o que eram simples trabalhadores sem-terra, fazendo o enfrentamento com a classe dominante rural e com o próprio Estado burguês, transformou estes trabalhadores em uma “[...] fração de classe coesa,

¹⁸ MILITÃO, op. cit., p. 42;

disposta a enfrentar a classe dominante [...]”¹⁹ cumprindo, desta forma, um papel de denunciar os graves problemas sociais existentes no país.

1.2 A consolidação do agronegócio nos governos FHC e Lula

No Brasil, se intensificaram as políticas neoliberais no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e uma das principais entidades a pensar projetos para a concretização do neoliberalismo no Brasil foi e ainda é o Banco Mundial²⁰. No geral, as políticas para o meio rural passam pelas seguintes etapas, para Peter Rosset:

- ♣ Cadastro, registro, demarcação de terras;
- ♣ Privatização de terras públicas e comunitárias;
- ♣ Titulação com títulos alienáveis;
- ♣ Estímulo ao mercado de terras;
- ♣ Banco de terra, distribuição através do mercado;
- ♣ Créditos para os beneficiários.

Segundo Marcelo Resende e Maria Luisa Mendonça estas políticas são para todo o mundo, o que muda são as formas de implementação, sendo parte da estratégia do Banco Mundial de expansão do neoliberalismo. Para os autores “De acordo com essa concepção, o Estado abre mão da sua obrigação de promover a desconcentração fundiária por meio da distribuição da terra e, em vez disso estimula o controle de território agrário por grandes empresas”.²¹

¹⁹ Ibidem, p. 44;

²⁰ BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Instituição financeira internacional ligada a ONU e conhecida também como Banco Mundial (World Bank). Criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, teve o objetivo inicial de financiar os projetos de recuperação econômica dos países atingidos pela guerra. Sediado em Washington, reúne 139 países (1980). Fornece empréstimos diretos a longo prazo (15 a 25 anos) aos governos e empresas (com garantias oficiais), para projetos de desenvolvimento, assim como assistência técnica. O maior volume de recursos, desde que o banco começou a operar, em 1946, até 1981, foi dirigido aos setores de energia, transporte e agricultura. As contribuições de cada país membro ao capital do BIRD, assim como o direito a voto, são estabelecidas proporcionalmente à participação do país no comércio internacional. O maior acionista do BIRD é o governo dos Estados Unidos, que tem poder de veto sobre as decisões da organização. [...] SANDRONI, Paulo (organização). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994, p. 28;

²¹ MENDONÇA, Maria Luisa e RESENDE, Marcelo. Apresentação. IN: **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. Mônica Dias Martins (Org.). São Paulo: Viramundo, 2004, p. 7;

A primeira etapa seria organizar estas terras, através de cadastro, georreferenciamento ou demarcação de terras, assim, o Banco Mundial passa a ter o total controle de todas as terras existentes no território de cada país. O segundo passo é privatizar todas as terras, para não existir mais terras estatais ou comunais, transformando qualquer pedaço de terra em mais uma mercadoria. A terceira etapa é tornar os títulos da terra alienáveis, ou seja, podem utilizá-los para pedir empréstimos, assim, podem perdê-las, caso não consigam pagar, ou também podem vendê-las. Desta forma, se pode chegar a quarta etapa que é a existência do mercado de terras, no qual se pode vender ou comprar terras. Segundo Rosset, o principal argumento do Banco Mundial é que se não há transferência de terras, não há como os pobres terem acesso a ela, porém, sabemos que o mercado de terras se dá para atender a demanda de quem tem dinheiro para investir. Como os pobres, dessa forma, não têm acesso a terras, o Banco cria a sua própria política de distribuição de terra chamada de “reforma agrária de mercado”, para que esta distribuição não saia dos princípios neoliberais. A “reforma agrária de mercado” se dá através de uma política geral de crédito que o Banco Mundial disponibiliza para os países que dizem ter o mercado de terras funcionando, e teoricamente, agricultores de baixa renda podem ter acesso a estes créditos para adquirir terras.

A última etapa é um incentivo para que estes agricultores participem de produções para exportação, que normalmente não são a cultura tradicional da região, e por exigir altos investimentos, estes pequenos agricultores têm que pedir mais empréstimos, ou o Banco os incentiva que aluguem suas terras para empresas. Como exemplo, no Brasil pequenos agricultores que não conseguem produzir em suas terras por falta de investimentos do governo alugam suas terras para empresas que produzem derivados de cana-de-açúcar. Estas são as principais políticas do Banco Mundial para o campo. Para Rosset, o Banco Mundial passou a dar prioridade à questão agrária, devido a três fatores: o primeiro foi a necessidade do crescimento econômico, e os economistas do Banco Mundial entenderam que para ocorrer este crescimento, deveria haver uma reorganização das terras em nível mundial, o segundo fator foi a importância de estimular os investimentos privados nas áreas rurais, e o terceiro fator, foi a redução da pobreza, que o autor considera apenas como um argumento de convencimento.

O que estas políticas do Banco Mundial geraram, na prática, foi muitas vezes a expulsão dos pequenos agricultores do campo, que não conseguiram atender às demandas de lucro do mercado e foram também pressionados pelos grandes proprietários que seguiram

avançando sobre suas terras, apoiados por variados mecanismos coercitivos e de consenso (dentre eles, grande parte dos meios de comunicação). A abertura do mercado nacional faz com que os produtos da agricultura familiar, por exemplo, tenham seus preços reduzidos, assim, torna-se praticamente inviável sobreviverem com uma pequena propriedade e acabam por vender suas terras por preços irrisórios também. Ou seja, na realidade essas políticas do Banco vêm contribuindo para aumentar a pobreza, a concentração de terras e de rendas.

Os economistas do Banco Mundial também perceberam que os países que mais se desenvolviam eram aqueles que tinham um índice de desigualdade menor, assim, a proposta para o campo, foi a “reforma agrária de mercado”, uma forma de ter uma mínima distribuição de terras, mas dentro da lógica do mercado. Segundo Rosset, o Banco Mundial utiliza-se dos seguintes argumentos e mecanismos para promover esta “reforma agrária”:

O Banco argumenta que o “velho” estilo de reforma agrária, baseado na expropriação, tal como implementado por países independentes e/ou governos revolucionários, não é politicamente possível no contexto atual, porque as elites econômicas resistem e ocorrem muitos conflitos. Pagando a terra pelo preço de mercado – o Banco sugere – seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito. Qualquer que seja o nome usado, nesse modelo o Banco Mundial não coloca dinheiro para a compra de terra. Existe uma diretriz do Banco que proíbe a compra de terras com recursos próprios, mas ele provê vários tipos de fundos administrativos e recomenda aos governos criar um fundo de crédito, com recursos quer do país quer de outros doadores. O crédito é disponibilizado ao sem-terra: assim, em tese, eles podem adquirir terra. Nesse modelo, o objetivo é não incomodar as elites econômicas, confiscando as suas propriedades, mas apenas comprar a terra daqueles que estão dispostos a vender, pelo preço que estão dispostos a pedir.²²

Desta forma, os latifundiários ainda continuam tendo o controle das terras e deixando trabalhadores rurais que não têm acesso a terra, à mercê de empréstimos que, certamente, não comprarão terras produtivas e a preço justo, e, ainda, depois não conseguirão produzir na terra adquirida, pois lhes faltarão investimentos, e, conseqüentemente, não pagarão o empréstimo e poderão perder a terra. Ou então, entram totalmente na lógica do mercado, e terão que alugar suas terras para uma empresa produzir, por exemplo, cana-de-açúcar. A terra foi transformada em mercadoria pelo Banco Mundial, a ideia foi que se lucre o máximo possível com a venda e compra de terras, e também com a produção do campo.

²² ROSSET, Peter. O Bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. **IN: O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** Mônica Dias Martins (Org.). São Paulo: Viramundo, 2004, p. 22;

O Governo Fernando Henrique Cardoso, seguiu as orientações do Banco Mundial e implementou, no Brasil, programas relacionados à “reforma agrária de mercado”, com uma proposta mais ampla que foi chamada de “Novo Mundo Rural”, colocada por Manuel Domingos Neto como:

O “Novo Mundo Rural” é uma expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais. O progresso técnico, acarretando ganhos de produtividade na agricultura, haveria ensejado a formação de um “excedente de trabalho”. Assim, as famílias de produtores estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas, com o objetivo de complementar suas rendas.²³

Os programas implantados no Brasil pelo Banco Mundial foram inicialmente três: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza. Construídos e legitimados a partir da concepção de desenvolvimento rural. Aparentemente, veio beneficiar a reforma agrária, porém, o que essas políticas fizeram foi beneficiar o latifúndio improdutivo, pois pagavam a vista e por um preço acima do mercado de terras muitas vezes de má qualidade ou devolutas.

Esse “novo mundo rural” começou a ser implementado desde 1996, com a construção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a intenção de fortalecer aqueles produtores que estavam preparados para uma agricultura competitiva. Logo, incorporou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), um programa que foi voltado apenas na teoria para a reforma agrária, pois, na prática, como aponta Domingos Neto, não havia diferenciação entre os pequenos e grandes agricultores, e assim, disputavam os mesmos financiamentos: uma competição injusta. Mas, por que a necessidade dessa competição até mesmo para a busca de empréstimos?

O governo de Fernando Henrique veio com uma política de incentivo ao projeto do agronegócio, que teria que aliar produção massiva com eficiência. Assim, já era praticamente determinado que produção em grãos, para exportação, foi para médios e grandes produtores, sobrava para os pequenos agricultores a chamada, por Domingos Neto, de “agricultura de grife”, ou então agregar-se aos grandes empreendimentos.

²³Ibidem, p. 29;

Assim, no governo de FHC as políticas para o campo brasileiro se basearam principalmente em três princípios segundo Resende e Mendonça,

- (1) o assentamento de famílias sem terra como política social compensatória;
- (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades da União para estados e municípios;
- (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”.²⁴

Além destes três princípios, o governo fez diversas propagandas divulgando dados falsos sobre as metas de reforma agrária. De acordo com José Juliano de Carvalho Filho no primeiro ano de Governo de FHC, o presidente anunciou na imprensa que tinha cumprido a meta proposta na campanha de 40 mil novas famílias assentadas, o MST questionou dizendo que os números não passavam de 15 mil famílias.

Para se reeleger anunciou que o Brasil estava fazendo a maior reforma agrária do mundo. Sendo que no segundo mandato, FHC optou pela reforma agrária de mercado, acabando com qualquer possibilidade de uma reforma agrária efetiva. Carvalho Filho afirmou, ainda, que este mandato foi marcado por duas linhas o de anúncio de números sempre passíveis de contestação e a criminalização aos movimentos sociais através da mídia.

Com a história que Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) carregavam a vitória de Lula para a presidência do país em 2002, fez com que os movimentos sociais e parte da classe trabalhadora se enchessem de esperança de que a reforma agrária seria central em sua agenda política.

De acordo com Carvalho Filho, foi proposto pelos movimentos sociais um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com o objetivo de fazer mudanças estruturais no campo, favorecendo os sem terra e acabando com a concentração fundiária. Esta proposta não foi aceita pelo governo.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, de acordo com Resende e Mendonça o Ministério de Desenvolvimento Agrário, anunciou o seu plano para o campo brasileiro “Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no meio rural”, que tinha duas metas principais, dar continuidade ao programa Crédito Fundiário de Combate a Pobreza

²⁴ MENDONÇA, Maria Luisa e RESENDE, Marcelo. A contra-reforma agrária no Brasil. **IN: O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** Mônica Dias Martins. São Paulo: Viamundo, 2004, p.75;

Rural e a realização do georreferenciamento de 2,2 milhões de imóveis no território brasileiro. Poderíamos inferir ainda que paz relacionado com a produção significa o fim dos conflitos agrários.

Para Antônio Tomaz Júnior o objetivo da reforma agrária proposta pelo governo Lula não se diferencia muito do governo Fernando Henrique Cardoso. Com o objetivo de inclusão social e geração de emprego e renda, é uma concepção semelhante ao do Banco Mundial.

Segundo Edécio Vigna o Programa para o segundo mandato do Governo Lula (2007/2010) foi composto por grupos de política para a área rural²⁵:

1. Agrícola
2. Reforma Agrária e democratização do acesso a terra
3. Cidadania e inclusão social
4. Desenvolvimento regional e territorial

Muitas das propostas para o campo brasileiro envolveram a agricultura familiar, porém, já traziam algumas polêmicas, nas propostas de novas tecnologias agrícolas e industriais, que poderiam transformar a agricultura familiar em parte da cadeia de produção primária, cana-de-açúcar e mamona, deixando de lado uma de suas principais características que é a diversidade de produção. O autor ainda assinalou que o item 1 “Agrícola” misturou conceitos da agricultura familiar e do agronegócio.

Para 2007 não se devia esperar muitos avanços em relação a novos assentamentos ou aquisição de novas terras para a reforma agrária, pois o orçamento seria o mesmo de 2006, e que Vigna apontou que “Em 2006, reforma agrária não foi ampla, massiva e nem fez parte do projeto de desenvolvimento nacional.”²⁶

Em 2008, o MST afirmou que a reforma agrária estava parada, que não havia em curso nenhum programa amplo de democratização da terra e assim, o movimento vinha intensificando as mobilizações para cobrar do governo ações. Em contrapartida, o governo Lula, vinha beneficiando o agronegócio, grandes empresas nacionais e estrangeiras, que produzem para exportação soja, eucalipto e cana-de-açúcar.

²⁵ VIGNA, Edécio. Reforma agrária: um programa interditado. **Brasil de Fato**, São Paulo. Análise. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/4013> > Acesso em: 10 de jul. 2012.

²⁶ Ibidem;

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o governo Lula difundiu dados falsos a respeito da reforma agrária. Divulgou todas as metas, como sendo apenas uma, a meta de novos assentamentos. Porém, havia contido nesses números as seguintes metas: regularização fundiária, reordenação fundiária, reassentamento de atingidos por barragens, e o reconhecimento de assentados antigos para recuperar suas capacidades produtivas. Ou seja, O INCRA não cumpriu a meta de 2003 a 2006 que era de assentar 400 mil novas famílias. Desta forma, até 2005 o governo Lula tinha cumprido um total de 85.966 famílias assentadas, menos de 25% da meta estabelecida.

Desses números 50% de todas as famílias que teriam sido “assentadas” se encontravam na região amazônica, caracterizando como projetos de colonização e não alteram a concentração de terras no país, então não se considerou reforma agrária.

A distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, mostra que a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país. Aliás, não custa lembrar mais uma vez que, é por isso que a portaria com os novos índices de produtividade dos imóveis rurais, não foi assinada até hoje.²⁷

O Governo não atendeu a reivindicação dos movimentos sociais de atualizar os índices de produtividade necessária para agilizar as desapropriações que, segundo o MST, é utilizado pelo INCRA dados de 1975 para fazê-las. Mas, em compensação renegociou as dívidas com os ruralistas.

1.3 Empresa Cutrale: expressão do agronegócio brasileiro

A Empresa Cutrale é uma multinacional, produtora de derivados extraídos da laranja, e esteve em evidência na mídia, principalmente no ano de 2009, quando o Movimento de Trabalhadores Sem Terra ocupou umas das fazendas que a empresa utilizava para produzir laranjas.

²⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 177. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf > Acesso em: 10 de jul. 2012.

No seu sítio virtual, encontramos a localização de alguns escritórios regionais, todos no estado de São Paulo. Os produtos fabricados: suco de laranja concentrado e congelado, farelo de polpa cítrica ou farelo de casca cítrica e óleos essenciais. Uma descrição sobre o que qualificam como as suas boas práticas agrícolas, o respeito ao meio ambiente, as áreas de preservação ambiental, em que a empresa tem um projeto de reflorestamento com plantas nativas. E por fim, sobre os projetos sociais desenvolvidos pela empresa Cutrale:

A Sucocítrico Cutrale investe em uma série de projetos sociais nas regiões onde atua, com o objetivo principal de melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes, priorizando as áreas de educação, saúde e alimentação.²⁸

A multinacional possui o selo da "Empresa Amiga da criança", concedido pela Fundação ABRINQ. Diversos projetos já foram desenvolvidos pela empresa, como "Laranja com Arte, Esporte e Cultura", que segundo a empresa participaram 14 mil crianças, que desenvolveram atividades de arte e esporte. No "Programa: "Suco de laranja da merenda escolar"", a empresa Cutrale doa 27 mil litros de suco mensal para escolas de redes municipais. A Cutrale também realizou uma doação de R\$ 4 milhões de reais para a Campanha Nacional contra a Fome, o chamado "Fome Zero" do governo Lula, no ano de 2003. Mas, sabemos que tais programas são beneficiados com isenção fiscal. A legislação prevê o benefício de isenção fiscal ao promover atividades e projetos relacionados à cultura e ao direito da criança e do adolescente.

Enfim, no próprio sítio virtual da empresa não encontramos muitas informações sobre as suas filiais, as suas fazendas, e até mesmo sobre todos os seus produtos, é um sítio simples, que tem o caráter de mostrar que a Cutrale desenvolve ações sociais e ambientais. Foi a partir de reportagens em outros sítios que conseguimos obter mais informações sobre a empresa.

No sítio Guadiana online havia uma reportagem com o seguinte título "**Empresa brasileira Cutrale compra fábrica de sumos de laranja no Algarve**", nela encontramos as seguintes informações, que a Cutrale é uma empresa brasileira e a "maior produtora de sumos citrinos do mundo", e que possuía no EUA cerca de 20 mil hectares de pomares de citrinos, e no Brasil possuía 45 mil hectares.

²⁸ Disponível em: < <http://www.cutrale.com.br/cutraleHome/index.jsp?link=99&tab=3> > Acesso em: 9 maio 2012.

No sítio Portal do Agronegócio, encontramos uma reportagem que tratava da parceria da Cutrale com a Coca-Cola, para a distribuição de suco de laranja não-concentrado, nos EUA e Europa.

Na revista *Veja online*, encontramos uma entrevista com José Luís Cutrale que foi publicada em 14 de maio de 2003, e tinha alguns pontos interessantes sobre a família Cutrale e a empresa. A reportagem iniciou com a seguinte descrição:

Apenas em dois momentos específicos da história, no ciclo do açúcar e no do café, o Brasil controlou amplamente o comércio global de um produto agrícola como acontece agora com o mercado mundial de laranja. De acordo com os números mais recentes, 70% do suco consumido no mundo é plantado ou industrializado por brasileiros. E esse mercado notável tem um rei. É José Luís Cutrale, detentor de uma marca fabulosa. Comandando um negócio que foi fundado por seu avô no começo do século passado e ampliado várias vezes por seu pai, José Luís administra a Sucocítrico Cutrale, empresa responsável pela venda de um de cada três copos de suco de laranja comercializados no exterior. Os dados do setor ignoram o volume da fruta vendida in natura, o chamado suco natural, inexpressivo em termos globais. Analisados os ramos de atividade com alguma expressão na pauta de exportações nacional, em nenhum outro setor da economia se encontram empresários brasileiros operando nesse patamar. Sua marca individual aproxima-se da participação coletiva dos países da Opep no mercado de petróleo, que é de 40%.²⁹

A reportagem também mostrou a relação muito próxima que a família sempre teve com os presidentes da República, desde a década de 1970, a proximidade foi desde favores pessoais a contribuição para campanhas. Segundo a *Veja online*, na época da reportagem, José Luís Cutrale fazia parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que foi criado pelo governo Lula. O empresário também buscou ter boas relações com os governantes dos EUA, principalmente o governador da Flórida, estado no qual há empresas e fazendas Cutrale.

No Brasil, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes e Clifford Andrew Welch, a industrialização de suco de laranja concentrado para exportação, se desenvolveu na década de 1960 em São Paulo, e veio se consolidar na década de 1980, quando uma geadá atingiu os produtores de laranja da Flórida – EUA – até então, o principal produtor de suco concentrado do mundo, até hoje controlada por poucas empresas, formando um oligopólio deste produto. São Paulo e Flórida controlam em torno de 40% da produção mundial. Este complexo

²⁹ Disponível em: < http://veja.abril.com.br/140503/p_038.html > Acesso em: 9 maio 2012.

industrial é composto pelas seguintes empresas, como apontou o *Dossiê Cutrale 2011* organizado pelo MST e pelo Tribunal Popular:

- Cutrale;
- Citrossuco;
- Citrovita (controlada pelo grupo Votorantim);
- Coimbra-Frutesp (controlada pelo grupo francês Louis Dreyfuss).

Na década de 1990, iniciou-se um processo de diminuição dos produtores de laranjas, pois estas empresas passaram a plantar seus próprios pomares, para obterem mais ganhos econômicos, aumentando o poder de negociação das empresas processadoras de suco de laranja concentrado com os pequenos, médios e grandes produtores de laranja, já não dependendo exclusivamente da matéria-prima destes produtores.

A Tabela³⁰ a seguir mostrou o quanto cada uma dessas empresas consegue produzir da matéria-prima para uso próprio.

TABELA 3.1 - Estimativa do grau de produção própria de matéria-prima das cinco maiores empresas processadoras, em relação à capacidade de processamento.

Empresa	Grau de Verticalização
Citrosuco	40%
Cutrale	60 a 70%
Cargill	17%
Coimbra	15%
Citrovita	50% ¹

Fonte: Pesquisa de campo (2000, 2001 e 2002).

De acordo, com o *Dossiê Cutrale 2011* as grandes empresas começaram a investir em terras, no final da década de 1980, por dois principais motivos, o primeiro para produzir a sua

³⁰ Disponível em: < http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf>. Acesso em: 09 maio 2012.

própria matéria prima ganhando assim mais poder econômico, e o segundo foi especulativo, essas grandes empresas viam na posse da terra, uma forma de acumular capital sem correr riscos de desvalorização, pois a economia brasileira estava vivendo um momento de instabilidade passando por diversos planos monetários.

A consequência destes investimentos em terras foi a expulsão de pequenos e médios agricultores do campo e o aumento da capacidade de negociação destas agroindústrias com os produtores, pagando cada vez mais barato pelas laranjas. O fato de ser um oligopólio fez com que estas agroindústrias tivessem uma grande capacidade de articulação para conseguirem garantir os maiores lucros possíveis em todo o processo, desde a produção ou compra da laranja, até a exportação. O *Dossiê Cutrale 2011* afirmou que fazia um tempo que o poder público vem investigando as empresas processadoras deste produto.

Há mais de dez anos o poder público tem investigado as grandes indústrias processadoras de suco de laranja concentrado por formação de cartel. Há fortes suspeitas de que elas têm atuado conjuntamente na determinação do preço da caixa de laranja a ser pago aos produtores, não deixando a estes nenhuma margem de manobra ou negociação. [...] ³¹

A empresa Cutrale esteve envolvida nestas acusações de cartel, sendo acusada de ser a principal articuladora do cartel para a compra da laranja, em uma entrevista a Dino Tofini, apresentado pela reportagem da *Folha de São Paulo* como ex-industrial. Mas, as acusações à empresa não se limitaram apenas à compra de laranjas, envolveram outras relacionadas às propriedades das terras em que se localizam os pomares, às questões ambientais e de precarização do trabalho.

As acusações que foram feitas à empresa acerca da precarização do trabalho estiveram ligadas à forma de contratação dos colhedores de laranjas. Até 1995, as empresas eram responsáveis pela contratação direta destes trabalhadores, um direito garantido com as lutas sociais da década de 1980. A partir de 1995, esta conquista foi revogada e as contratações voltaram a ser terceirizadas, ou seja, estes trabalhadores perderam os seus vínculos empregatícios com as empresas, que deveriam se responsabilizar diretamente pela sua contratação. Desta forma, colhedores de laranja, segundo o *Dossiê Cutrale 2011*, não ganhavam mais do que R\$600,00 por mês, porque a Cutrale pagava apenas R\$0,30 por cada

³¹ Disponível em: < http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf >. Acesso em: 9 maio 2012 (p. 13)

caixa de 40,8 quilos de laranjas que eram colhidas, em uma jornada de trabalho que chegava até a nove horas diárias.

Em 2010, O Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação exigindo que a Cutrale, Citrovita, Louis Dreyfuss e Citrosuco, voltassem a fazer a contratação direta destes trabalhadores, no estado de São Paulo.

Segundo a interpretação do MPT neste novo processo, todas as formas de intermediação da contratação da mão de obra do setor citrícola tem uma irregularidade de origem: são uma espécie de terceirização por parte das indústrias de sua atividade fim. De acordo com a legislação brasileira apenas setores como limpeza, segurança, contabilidade, informática, etc. podem ser terceirizados. É considerada ilegal a terceirização da contratação de trabalhadores responsáveis pela principal atividade da empresa. Segundo a interpretação do MPT, a produção de laranjas no estado é parte da atividade fim das indústrias do complexo citrícola (seja em seus pomares próprios, seja nos pomares fornecedores). Daí que, segundo o MPT as indústrias deveriam se responsabilizar diretamente pela contratação de todos os colhedores das laranjas que lhe são fornecidas.³²

Ocorreram também outras acusações à empresa Cutrale relacionadas à utilização irregular de terras, especialmente no caso daquelas localizadas no município de Iaras, no estado de São Paulo. Esta fazenda chamada de Santo Henrique foi ocupada pelo MST em setembro de 2009, e um dos principais argumentos do movimento para justificar a ação foi a alegação de que a fazenda não era de propriedade da empresa Cutrale e, sim, da União.

O *Dossiê Cutrale 2011* afirmou que o INCRA admitiu que as terras eram da União, a fazenda Santo Henrique faz parte do Grupo Colonial Monção, um conjunto de fazendas adquiridas pela União em 1909, todas as fazendas formavam cerca de 40 mil hectares, presentes em cinco municípios da região – Agudos Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara – e há processos analisando a situação desta região desde 1993, e quase nenhuma desapropriação foi executada.

Dois fatores comprovaram a irregularidade da fazenda, o primeiro foi a matrícula, que a área está parcialmente registrada, ou seja, uma grande parte das terras está sem registro. O segundo foi que a área descrita na matrícula de registro é bem menor do que área ocupada e utilizada pela empresa.

³² Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutral.pdf>. Acesso em: 9 maio 2012 (p. 21)

Além de ter ocupado uma área pública, durante a utilização das terras, a Cutrale não respeitou as leis ambientais, não havia a área de reserva legal, e nem mesmo a Área de Preservação Permanente (APP), pois plantou o pomar de laranjas, na APP.

O MST, de acordo com o *Dossiê Cutrale 2011*, tem famílias acampadas na região há muitos anos, e veio reivindicando as terras do Grupo Colonial Monção desde 1995.

Parte desta mesma área – já desgastada e poluída pelos resíduos da monocultura de pinhos e eucalipto – será destinada oficialmente às famílias apenas em 2012, quando serão cortados os pés das mesmas. Onze outras áreas na região também estão em processo lento de desapropriação. No caso da Cutrale, mesmo com as diversas irregularidades citadas anteriormente neste mesmo documento, a área continua sob domínio privado e ilegal da empresa.³³

O MST ocupou a fazenda utilizada pela empresa Cutrale em 28 de setembro de 2009, com os objetivos de denunciar a empresa, e pressionar o Estado a desapropriar as terras e colocar à disposição da reforma agrária que, de acordo com o *Dossiê Cutrale 2011*, a área poderia assentar até 400 famílias de trabalhadores sem terra. Também, queriam garantir uma reunião com o superintendente do INCRA, para debaterem a situação da área ocupada.

A ocupação durou dez dias, e teve uma repercussão nacional em todos os meios de comunicação, as imagens filmadas pela Polícia Militar foram transmitidas diversas vezes na mídia, destacando que o movimento tinha destruído o pomar de laranjas, máquinas e casas da fazenda. Segundo o *Dossiê Cutrale 2011* no lugar dos pés de laranja derrubados foram plantados pés de feijão, mas isso não foi divulgado nas imagens.

O movimento teve que enfrentar embates diretos com o agronegócio e seus defensores. O primeiro foi a proposta da reabertura de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar o MST, as verbas e as suas ações, feita pela UDR, conhecida como bancada ruralista no Congresso Nacional. O segundo embate foi o atraso da atualização dos índices de produtividade da reforma agrária, uma das reivindicações do MST, e que poderia ser feita pelo governo Lula. O terceiro foi que durante este processo ocorreu à prisão de alguns militantes do movimento que participaram da ocupação.

Estas três ações aconteceram pela estreita relação entre a classe dominante agrária e políticas implementadas pelo Estado, gerando formas de defesa do projeto do agronegócio

³³ Ibidem. (p. 26)

para o campo brasileiro, e de criminalização dos movimentos sociais, que são as forças que questionam este projeto.

No segundo capítulo analisaremos como a disputa de projeto para o campo brasileiro é realizado através da mídia, a partir da repercussão desta ocupação, utilizando como objeto de pesquisa dois jornais de alcance nacional: a *Folha de São Paulo* e o *Brasil de Fato*.

CAPÍTULO 2

A disputa de projeto para o campo brasileiro através da imprensa: *Folha de São Paulo* e *Brasil de Fato*

Em 28 de setembro de 2009, segundo o jornal *Folha de São Paulo*, cerca de 250 famílias invadiram uma das fazendas da empresa multinacional Cutrale, a Fazenda Santo Henrique, produtora de laranjas e localizada no interior de São Paulo, entre os municípios de Iaras e Borebi.

Esta ocupação foi escolhida para análise neste trabalho, pois se destacou entre as tantas notícias que vemos em todos os meios de comunicação diariamente. Esteve nas manchetes por mais de cinco meses, e colocou em destaque um dos grandes problemas sociais do Brasil, a questão agrária, evidenciando qual o projeto foi escolhido pelos agentes do capital para ser implantado no Brasil. Essa ocupação e, principalmente, a sua repercussão, mostraram a atuação na mídia de atores importantes nesta disputa, como o agronegócio, expressado pela empresa Cutrale e a luta pela reforma agrária, representado pelo MST.

Aponto que este caso pode ser considerado um acontecimento, na concepção dada por Pierre Nora,

[...] O acontecimento pertence por natureza a uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais. Mas no interior de sua categoria bem marcada, o acontecimento se faz assinalar por sua importância, a novidade da mensagem, tanto menos indiscreto quanto menos banal. O fato cotidiano ocupa um lugar simetricamente inverso: afogado no que se encontra espalhado, fora de categoria, consagrado ao inclassificável e ao que não é importante, remete, por outro lado, a um conteúdo estranho a um contexto de convenções sociais, pela lógica de uma causalidade seja corrompida (do tipo: uma mãe assassina seus quatro filhos) seja trocada (do tipo: um homem morde seu cão). [...] ³⁴

³⁴Nora, Pierre. O Retorno do Fato. IN: LE GOFF, Jacques. **História: Novos problemas**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro, F. Alves, p. 179-193, 1988, p. 184;

A “simples” informação não existe, ela é uma forma de poder em qualquer sociedade. Não há notícia, informação que não defenda seus posicionamentos ideológicos, seja como notícia, seja no ato de não noticiar certos fatos ou de tornar um acontecimento algo cotidiano, construindo assim, uma ideologia que pode se tornar parte de um processo de hegemonia. Compreendendo hegemonia como um processo de dominação de projetos políticos e idéias de uma classe sobre outra,

[...] Hegemonia expressa uma forma de dominação de classes e pode consistir em formas refinadas de subalternização – pois o convencimento coercitivo do qual se reveste apresenta-a como se fosse necessária, legítima e natural.³⁵

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* a ocupação iniciou no dia 28 de setembro de 2009, e a desocupação ocorreu no dia 7 de outubro de 2009, ficaram assim, 10 dias na fazenda. Um fato interessante foi que a ocupação aconteceu no dia 28/09/2009 e a primeira reportagem que consegui encontrar na *Folha de S. Paulo* a respeito foi só a partir do dia 07/10/2009. Portanto, se foi uma ocupação diferente das outras, digamos mais radical, e que bateu de frente com o agronegócio, por que reportagens a respeito só apareceram no dia da desocupação? Pode-se inferir que a ocupação em si, para a grande imprensa, não foi um “acontecimento” no sentido atribuído por Nora. Ao contrário da desocupação, que aí, sim, envolve as tais “depredações” por parte do movimento, bem como as ações da justiça e da própria Cutrale. No processo desse acontecimento, as supostas depredações são o que mais chamou a atenção da mídia, porque faria efeito junto aos leitores, pois ataca a questão da “propriedade privada”, e sinaliza a destruição das plantações, o que, à primeira vista, parece absurdo: porque destruir plantações? O movimento torna-se identificado com tal destruição, obra de desordeiros.

A partir do dia 07 de outubro, seguiram-se diariamente diversas reportagens a respeito da ocupação, do MST e da empresa Cutrale. Tudo que poderia se relacionar a este acontecimento foi vinculado em quase um mês de notícias. Depois, um pouco menos intenso, mas as reportagens continuaram até no início do ano de 2010 trazendo a repercussão do caso.

Nas edições dos dias 07 a 15 de outubro de 2010, havia uma série de reportagens sobre o caso da ocupação do MST na fazenda Santo Henrique, havia sempre mais de uma

³⁵ FONTES, Virginia Maria. **Hegemonia severina: Conservação e mudança, convencimento e coerção.** In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais... Niterói: UFF, 2008, p.12;

reportagem por edição, como observaremos a seguir, e quase sempre tinha alguma referência aos envolvidos no caso na seção Painel.

O MST foi acusado de destruir, um grande número de pés de laranja, tratores e casas, além de seqüestrar funcionários da fazenda. As principais acusações veiculadas na grande mídia como a *Folha de S. Paulo*, foram formação de quadrilha ou bando, esbulho possessório, dano e furto qualificado. No Código Penal formação de quadrilha é qualificada como a associação de mais de três pessoas com o objetivo de cometer crimes, a pena prevista é de um a três anos de reclusão, podendo dobrar se houver uso de armas. Esbulho possessório é um ato violento no qual é retirado algum bem de uma pessoa, ou quando mais de duas pessoas invadem um terreno ou edifício em busca de ter a posse do imóvel. Dano para o Código Penal é o ato de destruir, deteriorar ou inutilizar coisa alheia, e a pena prevista é de um a seis meses ou multa. Furto qualificado é a subtração de coisa alheia, com destruição ou rompimento de obstáculo, com abuso de confiança ou fraude, com escalada ou destreza, com emprego de chave falsa ou a ajuda de duas ou mais pessoas.

O movimento social, aos olhos dessa interpretação, legal, significou formação de quadrilha ou bando, não é organização social, e as penas são para os indivíduos. Desta forma, uma manifestação, um instrumento de reivindicação, foi transformada pela lei em crime.

Na primeira reportagem da *Folha de S. Paulo* havia falas de representantes da Polícia Militar, do MST, da empresa Cutrale, e do INCRA, aparentemente uma reportagem bem informativa, já que mostrou quatro posicionamentos sobre a ocupação, inclusive dos responsáveis.

Título: Justiça ordena reintegração de posse da fazenda

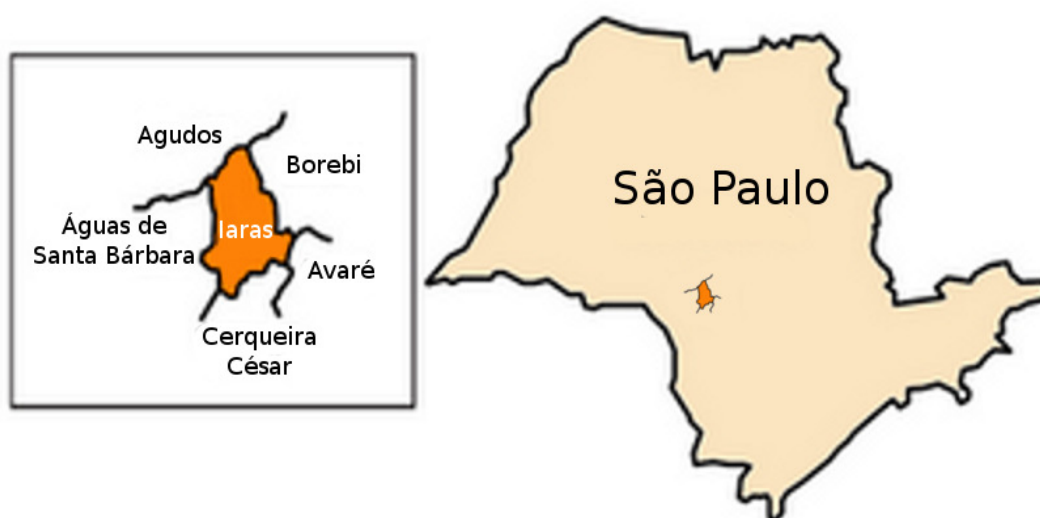
A justiça de São Paulo determinou ontem a reintegração de posse da fazenda da multinacional Cutrale, em Iaras (271 km de São Paulo), que teve parte do laranjal destruído com um trator por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para o plantio de feijão. Desde 28 de setembro, cerca de 250 famílias do MST estão no local. [...]³⁶

O primeiro parágrafo desta reportagem veio com a informação de que a Justiça havia determinado a reintegração de posse, o movimento teria que desocupar o local, e que houve

³⁶ JUSTIÇA ORDENA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA FAZENDA. *Folha de S. Paulo*, 07 de outubro de 2009. Editoria: Brasil. p. A4;

destruição de pés de laranja. A versão do MST dizia que na fazenda eram produzidas apenas laranjas, ou seja, é uma monocultura, apesar de laranja ser alimento, não pode ser a única plantação, e afirmaram ainda que as terras pertenciam à União.

O INCRA, através de uma nota, apesar de condenar a ação, reafirmou que são realmente terras públicas e que vem reivindicando na Justiça estas terras desde 2006. A fazenda que o MST ocupou faz parte de uma área chamada de Núcleo Colonial Monção que é da União desde início do século XX, e que foi grilada por diversas empresas e pessoas. A área se localiza na região de seis municípios do interior de São Paulo, como podemos ver no mapa³⁷ abaixo.



No dia 08 de outubro de 2010, a *Folha de S. Paulo* trouxe a seguinte manchete: “MST rechaça acusações de danos e furto em fazenda”³⁸, uma reportagem com Paulo Albuquerque, identificado como o diretor estadual do movimento em São Paulo, que negou que o MST

³⁷ Disponível em:

<http://www.google.com.br/imgres?q=Mapa+da+regiao+do+N%C3%BAcleo+Colonial+Mon%C3%A7%C3%A3o+em+S%C3%A3o+Paulo&um=1&hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR:official&biw=1280&bih=681&tbnm=isch&tbnid=hri9fSigZtF0tM:&imgrefurl=http://blog.zequinhabarreto.org.br/category/reforma-agraria/&docid=VOzq8p_Qmj69M&w=390&h=220&ei=CH53TtzeEMicgQeMyrX6DA&zoom=1&iact=hc&vpx=198&vpy=173&dur=151&hovh=168&hovw=299&tx=135&ty=114&page=1&tbnh=144&tbnw=255&start=0&ndsp=15&ved=1t:429,r:0,s:0>. Acesso em: 19 set. 2011.

³⁸ MST RECHAÇA ACUSAÇÕES DE DANOS E FURTOS EM FAZENDA. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A6;

tenha destruído qualquer coisa na fazenda, a não serem algumas pichações, que de alguma forma se passa por destruição, dando a entender que o movimento confessou que causou danos a fazenda.

Na mesma edição de 08 de outubro de 2010, houve mais algumas reportagens sobre a ocupação, uma delas trouxe o processo de desocupação com o seguinte título: “*MST deixa plantação após depredar imóveis e tratores*”³⁹, havia também um subtítulo muito grande com praticamente todo o conteúdo da reportagem, ou seja, quem leu o título e o subtítulo teve todas as “informações” que o jornal *Folha de São Paulo* queria transmitir.

Subtítulo: Faxineira da Cutrale diz que foram levados DVD, TV, rádio, chuveiros e “até as lâmpadas” Líderes do MST dizem que as acusações são 'armação' contra o movimento e que eles só destruíram 3000 pés de laranja da propriedade.”⁴⁰

O texto da reportagem mostrou falas de funcionários da empresa Cutrale que moravam na fazenda, confirmando a destruição feita pelo MST no local da ocupação. Também mostrou a afirmação do movimento dizendo que derrubou 3 mil pés de laranja, porém, em contraposição, a *Folha de S. Paulo* apresentou a versão da empresa Cutrale que afirmou que o MST derrubou entre 7 a 10 mil pés de laranja.

Alguns trechos mereceram ser destacados:

[...] A Folha entrou na fazenda após o MST deixar o local. Na frente da casa de um dos funcionários, um poste e um muro foram derrubados com tratores. Apenas uma das nove casas não foi arrombada. A sede da fazenda também tinha sinais de vandalismo, como pichações e lixo jogado pelo chão.

A Cutrale e a polícia Civil e Militar atribuem o vandalismo, o furto e a destruição ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que havia invadido área no último dia 28, com 250 famílias. Os líderes do MST disseram ontem que as acusações são “uma armação na tentativa de criminalizar o movimento”. [...]

Investigação

A Polícia Civil abriu inquérito. Segundo o delegado Jader Biazon, serão apurados os crimes de formação de bando ou quadrilha, esbulho possessório, dano e furto qualificado.

O MST alegou que a área pertence à União e a Cutrale se apropriou indevidamente.

³⁹ MST DEIXA PLANTAÇÃO APÓS DEPRENDAR IMÓVEIS E TRATORES. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria Brasil, p. A4;

⁴⁰ Ibidem., p. A4;

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de SP disse que a sociedade deve ficar “atenta aos desdobramentos dessas ações, porque elas comprometem a própria existência da democracia”.⁴¹

O primeiro trecho selecionado deixou claro o posicionamento da *Folha de S. Paulo*, pois afirmou que o jornal esteve na fazenda logo após a saída do MST e viu o que eles chamam de “destruição”, ou seja, colocou um argumento quase que inquestionável, pois o próprio jornalista presenciou como estava a fazenda. Continuando a reportagem, disseram que a Cutrale e a Polícia Civil e Militar concordaram que a destruição encontrada no local da ação foi feita pelo movimento, o aparelho representante do Estado estava também do lado da empresa Cutrale. Mas, como a *Folha de S. Paulo* é um jornal que se afirma como 'plural', em duas linhas mostrou um argumento do movimento dizendo que as acusações são uma 'armação' para criminalizar o MST.

Para finalizar esta reportagem trouxe acusações feitas pela Polícia Civil, que disse que iria apurar quatro diferentes formas de crime, e o último parágrafo foi a opinião da Federação da Agricultura e Pecuária de SP utilizando um argumento que a sociedade respeita, o da democracia. De acordo com esse argumento podemos viver em um país com grandes diferenças sociais, mas vivemos em uma democracia e os agentes do movimento foram os que ameaçaram sua existência.

Uma tática que a *Folha de S. Paulo* utilizou para dar maior legitimidade às suas reportagens foi sempre trazer falas e argumentos de diversas pessoas que representam alguma organização envolvida ou não ao acontecimento, por exemplo, nesta reportagem houve argumentos dos funcionários da empresa Cutrale que trabalhavam na fazenda, da Empresa Cutrale, da Polícia Civil e Militar, do MST, da Federação da Agricultura e Pecuária de SP, e podemos dizer que até da própria *Folha de S. Paulo* explicitamente, ao colocar que esteve no local e presenciou a situação. Aparentemente, todos os principais agentes foram ouvidos. Resta saber quais foram os recortes efetuados. Ao término, com um tom mais veemente, prevalece a fala do presidente da Federação da Agricultura de São Paulo.

Sendo assim, apenas neste dia houve três reportagens sobre este acontecimento na Editoria “Brasil”, dois tópicos de comentários na Editoria Brasil Seção “Painel”, e ainda fez parte da Editoria “Opinião”. Ou seja, foi nítido que a *Folha de S. Paulo* estava dando um destaque para a ocupação feita pelo MST na fazenda Santo Henrique, sendo que a

⁴¹ MST DEIXA PLANTAÇÃO APÓS DEPREDAR IMÓVEIS E TRATORES. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

reintegração de posse foi no dia seguinte, ao final da ação.

Na Editoria “Opinião”, que estava na página A2, ou seja, foi anterior às outras duas reportagens comentadas acima, o primeiro texto sobre o acontecimento desta edição que o leitor que segue a organização do jornal vai ter acesso. Esta disposição das reportagens pareceu ser mais uma das táticas que a *Folha de S. Paulo* utilizou para trazer os seus posicionamentos, sendo que esta foi implícita e, certamente, os leitores não fariam esta observação.

O intrigante foi que na coluna “Opinião” foi apenas um posicionamento, diferente das outras reportagens em que a *Folha de S. Paulo* aparentemente mostra todas as versões dadas ao acontecimento.

Título: De novo o MST

Invasões atendem menos a demanda social e mais a conveniências de uma cúpula profissional que busca manter influência MILHARES de pés de laranja destruídos; dezenas de tratores inutilizados, com motores fundidos; banheiros com louças quebradas; comida estragada espalhada por cômodos das casas; pichações com iniciais do grupo _ M.S.T. _ sobre instalações paredes da propriedade. Eis o saldo preliminar de mais uma ação criminosa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desta vez numa fazenda da Cutrale, a maior exportadora de suco de laranja do mundo, no interior paulista.

O Estado continua a sustentar grupos que promovem destruições desse tipo. Verbas oficiais, como as que dão margem à cobrança de “dízimos” _ desviados de repasses do erário a assentados __, e o abrigo de militantes em postos que decidem a destinação desses recursos alimentam o circuito do ativismo predatório. [...]

Além dos métodos ilegais do grupo, o anacronismo de seus objetivos fica mais flagrante quando confrontado com os sinais de pujança do agronegócio, que se modernizou muito nos últimos anos e impulsiona o crescimento da produção e de emprego no país.

Numa democracia, avanços sociais e institucionais devem caminhar juntos. Sob o pretexto de que não se deve criminalizar o movimento social, ouvido amiúde em setores do governo Lula, as autoridades foram até aqui tolerante demais com delitos recorrentes contra o patrimônio público e privado. Passa da hora de corrigir essa conduta. ⁴²(Destaques nossos)

A mensagem foi clara. Os destaques realizados evidenciaram como o texto desqualificou o MST: ação criminosa, obra de cúpula profissional, métodos ilegais, destruição, ativismo predatório. A Cutrale, ao contrário, foi representada pela imagem da grande empresa exportadora, impulsionando a economia interna. Finalmente, por tudo isso,

⁴² DE NOVO O MST. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria: Opinião, p. A2;

conclama a reação e a “correção” à conduta, como se tratassem de setores marginais e/ou infantilizados. Portanto, esta foi uma opinião de desconstrução e desqualificação da imagem do MST, em que já iniciaram utilizando o argumento de que não há mais necessidade de movimentos sociais existirem na atual conjuntura em que vivemos, e o movimento se esvaziou nos últimos anos, devido ao crescimento econômico e a Bolsa Família, assim perdeu sua capacidade de reivindicação, e se os movimentos sociais ainda existem é por interesses de grupos, simplesmente, oportunistas.

Denominou claramente a ação do MST como uma ação criminosa, acusou o Estado de sustentar este tipo de ação. Neste caso devemos questionar ainda mais profundamente esta afirmação, pois o Estado não deixou de agir, considerando que foi através da Polícia Militar e Civil e da Justiça do Estado, que foi feita a reintegração de posse, ou seja, o Estado agiu ou não contra o MST? Esta acusação não estava sendo feita simplesmente ao que chamamos de Estado, mas ao governo Lula. Ou seja, foi um grupo político que faz oposição ao governo Lula, e no caso a *Folha de S. Paulo* apóia este grupo político? Pois, em várias reportagens havia críticas a Lula.

Ao mesmo tempo em que fez várias críticas ao MST, a *Folha de S. Paulo* classificou a empresa Cutrale “**como a maior exportadora de suco de laranja do mundo, no interior paulista**”⁴³. Esta afirmação pareceu ser apenas mais uma informação, mas trouxe a ideia de que o MST prejudicou uma empresa que contribui para o desenvolvimento brasileiro. E deixa bem claro que o movimento com as suas ações confrontam o projeto defendido pela classe dominante agrária, que é o agronegócio. Para a *Folha de S. Paulo*, foi o agronegócio que modernizou o campo brasileiro e fez com que aumentasse a produção e o emprego no país.⁴⁴

A coluna terminou defendendo a democracia e legalidade, ou seja, para buscar avanços sociais tem que respeitar as instituições, e mais uma vez atacaram o governo Lula acusando que foi tolerante com as ações do MST que causaram danos aos patrimônios públicos e privados.

No dia 09 de outubro de 2009, o MST foi novamente destaque em várias seções da *Folha de S. Paulo*, as duas reportagens que fizeram parte da Editoria Brasil, diziam respeito à

⁴³ Ibidem;

⁴⁴ Sobre a questão da atualização da “vocação agrícola” e a construção da imagem legitimadora e hegemônica sobre o agronegócio, ver: PAULA, Dilma A. **Desenvolvimento, tecnologia e internacionalização: a “vocação agrícola” brasileira e o agronegócio por meio da imprensa**. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais... Niterói: UFF, 2008, 14p.;

possibilidade de militantes do MST serem indiciados por causa da ação.

Título: MST rechaçou acusações de depredação

O MST não comentou ontem as investigações da Polícia Civil e o anúncio de que integrantes do movimento serão indiciados e terão a prisão pedida por causa da invasão da fazenda da Cutrale.

A reportagem telefonou para os celulares dos líderes da invasão, mas eles estavam desligados. A assessoria do movimento não localizou ninguém para comentar o caso.

Anteontem, líderes do MST rechaçaram as acusações feitas pela Cutrale e endossadas pelas polícias Civil e Militar. O diretor estadual do MST e um dos coordenadores da invasão da fazenda, Paulo Albuquerque, disse que as acusações são uma tentativa da empresa de “criminalizar” o movimento.

Ele afirmou que os tratores estavam funcionando quando os sem-terra deixaram a fazenda e que não houve dano ao patrimônio, com exceção das pichações nas paredes e nos veículos e da destruição dos pés de laranja.

O líder do MST atribuiu os danos a uma sabotagem feita pela própria Cutrale para difamar o MST.⁴⁵

Esta foi a primeira reportagem que trouxe a possibilidade de integrantes do movimento serem indiciados, e apesar do título parecer que a reportagem foi a visão do MST sobre o acontecimento, no decorrer da reportagem a *Folha de S. Paulo* chamou a direção da ocupação de “líderes da invasão”, e mostrou uma fala de um dos coordenadores do movimento que discordou das acusações dizendo que “só” destruíram pés de laranja e picharam.

Na segunda reportagem dessa mesma edição, o título foi determinante “*Polícia vai pedir prisão de sete sem-terra*”, a reportagem começou reafirmando que a Polícia Civil de Borebi esteve apurando os crimes relacionados à “invasão” do MST a “fazenda da Cutrale”, e que iriam pedir a prisão temporária de integrantes do movimento. A *Folha de S. Paulo* sempre utilizou o termo “invasão”, e em nenhum momento questionou a posse da fazenda.

[...] “O que os integrantes do MST não puderam furtar eles destruíram”, disse o delegado Jader Biazon, que não quis revelar os nomes dos integrantes do MST já identificados. “Vamos dar uma resposta à sociedade. Alguns dos responsáveis vão responder criminalmente.” Os identificados pela polícia no inquérito responderão pelos crimes de formação de quadrilha ou bando, esbulho possessório (invasão de propriedade alheia), dano e furto qualificado. Não foi descartada a responsabilização por outros tipos de crimes na investigação. Biazon disse que duas pessoas já foram indiciadas por furto qualificado na terça-feira, após serem detidas em flagrante transportando objetos e laranjas da fazenda invadida. Elas continuam

⁴⁵ MST RECHAÇOU ACUSAÇÕES DE DEPREDAÇÃO. *Folha de São Paulo*, 09 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A11;

presas. [...] ⁴⁶

A *Folha de S. Paulo* colocou a fala do delegado como uma forma de reforçar a questão de que 'a justiça está sendo feita', e ainda afirmou que “**Vamos dar uma resposta à sociedade**”, dando mais legitimidade ao posicionamento da Polícia Civil, de que iria fazer a justiça acontecer. Para mostrar que realmente esta ação do MST não iria passar sem punição destacaram que duas pessoas já foram presas em flagrante para, assim, não ter dúvidas que crimes foram cometidos e que pessoas deveriam pagar por eles. Continuando, na mesma reportagem, colocaram que, na avaliação da empresa, os danos causados pela ação do movimento poderiam chegar até R\$ 3 milhões. Acreditamos que este valor poderia causar um impacto e reafirmar que os danos causados foram grandes.

Para finalizar esta reportagem a *Folha de São Paulo* colocou uma fala do diretor de relações institucionais da Cutrale, Carlos Otero, respondendo às acusações do MST que afirmaram que a Cutrale armou a destruição da fazenda, disse que o movimento teria que refletir melhor sobre suas ações que ele chamou de “atitudes”. Uma fala que pareceu bem cordial, que veio acompanhada de uma informação de que todos os dias que os funcionários da fazenda ficaram sem trabalhar vão ser pagos normalmente, apresentando uma empresa preocupada com os seus trabalhadores.

Na seção “Painel” os três pontos foram voltados para o MST, o primeiro foi a respeito das ONGs ligadas ao movimento que, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, receberam R\$ 115 milhões do INCRA nos últimos cinco anos e ainda tinham contratos com a Petrobras que receberam a verba através de projetos relacionados ao biodiesel. Para finalizar, o jornal chegou aonde queria, dizer que Miguel Rosseto, petista, estava na direção da Petrobras Biocombustível, tentando, assim, fazer mais uma vez uma associação do PT em apoio com verbas ao MST.

O segundo e terceiro ponto da seção “Painel” foi sobre o dirigente do MST Paulo Albuquerque, como se tivessem relembrando o leitor que, em 2005, ele teve sua prisão decretada pela Justiça de São Paulo, e que também, comandou invasões a sedes do INCRA. Ou seja, o mesmo militante que falou pelo movimento em reportagens anteriores, já teve prisão decretada, e sempre esteve à frente de ações do movimento.

⁴⁶ POLÍCIA VAI PEDIR PRISÃO DE SETE SEM-TERRA. *Folha de São Paulo*, 09 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A11;

Depois de toda uma edição que atacou o governo Lula, na edição seguinte, do dia 10 de outubro de 2009, a primeira reportagem foi com o seguinte título *“Ação do MST em laranja é 'vandalismo', diz Lula”*⁴⁷, no decorrer da reportagem mostrou nas falas de Lula que a ocupação foi um absurdo, que as pessoas têm o direito de se manifestar, mas não destruindo tudo, que nada justificou uma ação desse caráter, e a *Folha de S. Paulo* afirmou que Lula e o MST se distanciaram nos últimos anos, uma opinião diferente das outras reportagens analisadas. Por quê? Uma hipótese seria para realmente legitimar que esta ação do MST foi um absurdo, que até o governo Lula que apoiava o movimento não concordou com ela, que o movimento está 'passando dos limites'. Na mesma reportagem o jornal retomou que, pelo absurdo dessa ação, a bancada ruralista do Congresso começou a recolher assinaturas para a criação de uma CPI que investigasse as contas do movimento para ser apresentado na semana seguinte.

Na mesma edição do jornal *Folha de S. Paulo* que havia o posicionamento do governo Lula, havia mais duas reportagens, uma fazia a seleção de alguns trechos de um comunicado nacional do MST sobre a repercussão da ocupação da fazenda Santo Henrique. O Título chamava a atenção: *“MST se defende e alega ser vítima da mídia”*⁴⁸, a pergunta seria: por que colocar como título de uma reportagem um conteúdo que teoricamente atacaria a si própria, já que a *Folha* também faz parte desta mídia? Consideram, pois, que não fazem parte deste grupo da mídia do qual o MST se refere, e que a *Folha de S. Paulo* apresentou todos os lados do caso, inclusive a versão do MST, e esta foi a reportagem que a editoria pareceu querer provar que o jornal foi realmente democrático, e deu a abertura para o movimento se defender.

A outra reportagem do mesmo dia foi a respeito do posicionamento do INCRA, que continuou alegando que as terras eram da União, porém passou a ter o discurso de que estas empresas não ocuparam o local de má-fé, e que a posse das terras estava em negociação, a Cutrale continuou afirmando que as terras são suas e que tinha documentos para provar.

No dia 11 de outubro de 2009 havia duas reportagens, a primeira foi novamente o debate sobre a mídia e a afirmação do MST dizendo ser ela a influenciadora na reintegração de posse da fazenda. Na fala de Jaime Amorim, um dos coordenadores nacionais do movimento, quando o MST destruiu alguns pés de laranja, estava tentando mostrar que era

⁴⁷ AÇÃO DO MST EM LARANJAL É 'VANDALISMO', DIZ LULA. *Folha de São Paulo*, 10 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

⁴⁸ MST SE DEFENDE E ALEGA SER VÍTIMA DA MÍDIA. *Folha de São Paulo*, 10 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

contra a monocultura. Ao meio da reportagem, como foi recorrente nas reportagens da *Folha de S. Paulo*, foi lembrado o caso, da seguinte maneira: “Durante a invasão, membros do movimento destruíram pés de laranja com trator da fazenda. Segundo o MST, foram cerca de 3.000 mil pés. A empresa diz que foram derrubados de 7.000 a dez mil. A fazenda tem cerca de 1 milhão de pés de laranja.”⁴⁹ E depois continuou o debate sobre a mídia, como se este trecho fosse apenas retomando aos leitores o acontecido.

Na segunda reportagem a discussão se deu entre a UDR (União Democrática Ruralista) e o INCRA:

Título: INCRA veste camisa do MST, diz ruralista

Subtítulo: Presidente da UDR critica declaração de superintendente, que afirmou que área de 50 mil hectares no centro-oeste de SP é da União

Antes da fala do ruralista, representante do Incra-SP negou relação privilegiada com o movimento e afirmou que se relaciona com todos

[...] A Folha tentou ouvir o superintendente do Incra-SP, mas não conseguiu localizá-lo. Em entrevista antes das declarações de Nabhan Garcia, ele negou que o órgão tenha uma relação privilegiada com o MST. “Nós nos relacionamos com todos os assentados, organizados ou não”, afirmou.

Ele condenou o que chamou de “atos de vandalismo” do movimento durante a invasão da fazenda da Cutrale em Iaras.

Silva argumentou que não pretende prejudicar as empresas ao reclamar direito às terras. Ele afirmou que é falso criar uma oposição entre o INCRA e o setor produtivo.

Ele diz que é trabalho do INCRA é realizar assentamentos e é direito da União reivindicar terras públicas.⁵⁰ (Destaques nossos)

Esta reportagem foi praticamente um debate entre representantes da UDR e INCRA, a UDR afirmou que o INCRA não poderia ter feito uma declaração pública em relação as terras serem da União antes da decisão final da Justiça. Já o representante do INCRA tentou se defender dizendo que dialoga com todos os setores, movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e com os grandes latifundiários, trazendo nesta afirmação uma ideia de que o Estado é neutro, que defende os interesses de todos, mesmo que sejam opostos. Outro destaque nesta reportagem foi o fato de o INCRA chamar os latifundiários de “setor produtivo”, qualificando os “produtores” no país.

⁴⁹ MÍDIA INFLUENCIOU EM REITEGRAÇÃO, AFIRMA SEM-TERRA. *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A10;

⁵⁰ INCRA VESTE CAMISA DO MST, DIZ RURALISTA. *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

Na edição da *Folha de S. Paulo* do dia 12 de outubro de 2009, havia uma reportagem apenas para dizer que “A Polícia Civil de Borebi (311 km de SP) já identificou 11 militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) suspeitos de participação na invasão e depredação da fazenda da multinacional Cutrale, no interior paulista”⁵¹, um fator que chamou a atenção nesta reportagem foi se referirem aos identificados como **11 militantes do MST**, sendo uma forma de não deixar dúvidas que estes acusados fazem realmente parte do movimento, e relacionado, mais uma vez, a uma organização criminosa.

Grande parte das reportagens debateu praticamente dois assuntos, o caso da ocupação que estava em andamento na justiça e a tentativa de provar que havia relações muito próximas entre o Governo Lula e o MST, fazendo uma ligação com o processo das eleições presidenciais que estavam se aproximando, porém mesmo estas reportagens que estavam relacionadas às eleições não deixaram em nenhum momento de citar a ocupação da fazenda Santo Henrique.

No dia 14 de outubro de 2009, havia uma reportagem em que Ronaldo Caiado conhecido ruralista, líder do partido DEM (Partido Democratas) na Câmara, acusava o governo de repassar 115 milhões de reais para financiar o movimento. O Ministro do Desenvolvimento Agrário negou que esse repasse foi feito, que o governo não financiava o MST, mas o último parágrafo foi o seguinte: “[...] Cassel voltou a criticar a invasão do MST a fazenda da Cutrale, no interior de São Paulo. No entanto, criticou “o espírito de criminalização do MST” e disse que isso precisa ser superado.”⁵² Esta última parte pareceu mostrar que apesar das críticas ao movimento havia mesmo uma relação de proximidade entre o governo e MST.

Na edição do dia 31 de outubro de 2010, outra reportagem explicitava a relação entre o processo eleitoral e o posicionamento do MST. A reportagem começou dizendo que o PT e o MST foram aliados históricos, mas que nessas eleições o MST certamente não estaria desde o primeiro turno ao lado da candidata petista Dilma Roussef. Ao mesmo tempo havia uma afirmação de Stédile que dizia que as “invasões” não deixarão de acontecer, pois o MST não é “capacho” de Lula e do PT. Toda a reportagem caminhou para provar que o movimento ainda tinha relação com o PT. Apenas o último parágrafo se referiu a ocupação feita pelo MST na fazenda Santo Henrique fazendo a seguinte afirmação:

⁵¹ POLÍCIA CIVIL JÁ IDENTIFICOU 11 SUSPEITOS DE AÇÃO. *Folha de São Paulo*, 12 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A6;

⁵² “GOVERNO NÃO FINANCIA MST”, DIZ MINISTRO. *Folha de São Paulo*, 14 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A8;

[...] Na Entrevista, Stédile chamou de equívoco a destruição de laranjais durante a ocupação da fazenda da Cutrale, em São Paulo. Segundo ele, isso permitiu a execração do MST. “A imprensa burguesa usou as imagens para criar uma ojeriza na opinião pública, como se laranja fosse o fim do mundo”, disse.⁵³

Pela primeira vez em uma reportagem teve uma fala de um integrante do MST dizendo que foi um equívoco a destruição de pés de laranja, porque deu abertura para a mídia criminalizar as ações do movimento. Os posicionamentos e as falas do MST nesta reportagem são interpretações da *Folha de S. Paulo* tirados de uma entrevista na TV Brasil no programa 3 a 1, a João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do movimento. Percebe-se também, por essa fala, as disputas no interior do MST, o que não é possível tratar neste trabalho.

No dia 27 de janeiro de 2011, foi a primeira edição do ano que teve reportagens na *Folha de S. Paulo* a respeito do MST e da ocupação da fazenda Santo Henrique. Esta edição contou com duas reportagens e uma retrospectiva dos acontecimentos. A primeira reportagem foi fazendo uma relação com as eleições por causa de uma afirmação de um integrante do movimento.

Título: Sem-terra afirma que ação é 'show' pré-eleição

Um dos coordenadores nacionais do MST, Gilmar Mauro, disse ontem que as prisões de integrantes do movimento que participaram da invasão da fazenda da Cutrale “são para fazer jogo de show agora nas vésperas das eleições”.

[...] O Diretório Estadual do PT disse, em nota, que apóia “a ampla defesa e o direito ao acompanhamento jurídico dos integrantes dos movimentos sociais que foram presos na ação policial.” (MS)⁵⁴

No dia anterior a esta reportagem integrantes do MST foram presos, acusados de participarem da ação, a *Folha de S. Paulo* aproveitou uma afirmação de Gilmar Mauro, integrante do MST, para novamente relacioná-lo com o PT, como vemos no último parágrafo desta reportagem. Não podemos esquecer que a *Folha de S. Paulo* também se posicionou nas eleições, mesmo que este posicionamento não seja explícito. O Fato de o integrante do

⁵³ MST NÃO É 'CAPACHO' DE LULA E VAI MANTER INSVASÕES, DIZ STÉDILE. *Folha de São Paulo*, 31 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A8;

⁵⁴ SEM-TERRA AFIRMA QUE AÇÃO É 'SHOW' PRÉ-ELEIÇÃO. *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A8;

movimento ter afirmado que as prisões foram um show, foi para dizer que as prisões foram um exagero e ocorreram para relacionar ao PT.

Na mesma edição teve outra reportagem para falar exclusivamente das prisões de integrantes do MST, que participaram da ocupação da fazenda Santo Henrique, apresentaram como foi feita as prisões, retomaram as acusações feitas a estes integrantes, que foram: furto qualificado, dano qualificado, esbulho possessório e formação de quadrilha. Esta retrospectiva dos fatos foi uma tática muito usada pelo jornal, e que de certa forma foi construindo “verdades”. Novamente fez uma ligação entre o MST e o PT, pois destacou o nome de algumas pessoas que foram presas, e todas além de serem integrantes do MST eram também do PT.

Mais de três meses após a invasão e depredação de uma fazenda da empresa Cutrale no interior de São Paulo, a Polícia Civil desencadeou ontem a Operação Laranja, com o objetivo de cumprir 20 mandatos de prisão de pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

As prisões ocorreram na região de Iaras e Bauru (noroeste de SP). Ontem foram cumpridas sete ordens de prisão, mas outras duas pessoas que não estavam na lista foram presas por porte ilegal de armas, levando a nove o total de detidos. Ao final do dia, ainda havia 13 foragidos.

Segundo a Polícia, os presos são suspeitos de envolvimento com a invasão e depredação de uma fazenda da Cutrale em Iaras, ocorrida entre setembro e outubro do ano passado.

Entre os detidos estão o ex-prefeito de Iaras e presidente municipal do PT, Edilson Granjeiro Xavier, a vereadora da cidade Rosimeire Pan D'Arco de Almeida Serpa (PT) e o marido dela, Miguel da Luz Serpa, que é da direção estadual do MST. Segundo a polícia, os três lideraram a invasão.⁵⁵
(Destaques nossos)

Com estas reportagens a *Folha de S. Paulo* deixou evidente que queria provar que o MST e o PT ainda tinham uma ligação, como na reportagem acima, em que os únicos nomes citados de integrantes do MST presos foram os que faziam parte do PT, para este destaque começaram o parágrafo “Entre os detidos estão”, e cita os nomes e os seus cargos. Assim, essa relação foi sendo reforçada e o jornal foi conseguindo mostrar que integrantes do PT, atuaram com o MST, ou seja, o Governo Lula beneficiou este movimento, posição defendida pela bancada ruralista no Congresso, uma bancada parlamentar que defende a classe dominante agrária.

⁵⁵ POLÍCIA PRENDE 7 DO MST POR DESTRUIÇÃO DE LARANJAL EM SP. *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A8;

No dia 4 de fevereiro de 2010, outra reportagem afirmou que a Polícia Civil iria concluir nesse mesmo dia o inquérito, e certamente seriam mais de 35 pessoas indiciadas pela ação da fazenda utilizada pela empresa Cutrale, esta foi uma reportagem que enfatizou os números. Pois a *Folha de S. Paulo* destacou que “[...] **indiciará ao menos 35 pessoas ligadas ao MST. [...]**”⁵⁶ Ou seja, foram muitas pessoas envolvidas no processo e que realmente podiam ser criminosas, construindo assim uma imagem que o MST realmente é uma organização criminosa. O outro número foi em relação aos R\$ 1,2 milhão de prejuízos que a empresa Cutrale teve com a ação, o que chama a atenção para qualquer leitor. Para finalizar, colocaram que a polícia deveria pedir a prisão preventiva de 20 pessoas. Havia apenas duas linhas com o posicionamento do MST dizendo: “[...] O MST nega as acusações e diz que as prisões são uma tentativa de “criminalizar” o movimento.”⁵⁷

No dia seguinte, 05 de fevereiro de 2010, em uma pequena reportagem de dois parágrafos, afirmou que a Justiça de Lençóis Paulista decretou a prisão preventiva de 20 integrantes, confirmando o que tinha sido previsto na reportagem do dia anterior, e que a Polícia Civil terminou o inquérito e indiciou 51 pessoas, apresentadas como militantes do MST, diziam que essas pessoas foram identificadas através de vídeos. O número de pessoas aumentou consideravelmente, e a principal fonte de acusação foram vídeos, tornando-se quase inquestionáveis as acusações.

Na edição do dia 20 de fevereiro de 2010, uma reportagem mostrou a continuidade da Operação Laranja, e que o Ministério Público abriu processo contra 22 pessoas acusadas de participar da ocupação. Depois, lembrou novamente todo o processo, com um detalhe quando falou da prisão de sete integrantes do movimento, disse que eles foram soltos depois de duas semanas, porém, não houve reportagens anunciando a libertação desses presos, ou seja, a *Folha de S. Paulo* fez questão de anunciar a prisão, mas não deu importância para anunciar que eles tinham sido libertados, pois teriam que minimamente justificar porque não tinham continuado na prisão, isso implicaria certamente, em argumentos como, por exemplo, que a Justiça não tinha conseguido provar as acusações feitas.

Durante esse processo, de pessoas presas, indiciadas e processadas, a *Folha de S. Paulo*, fez algumas reportagens que deixou muito claro o seu posicionamento em relação ao MST, fazendo uma defesa de que o movimento realmente pratica ações criminosas, e que tem

⁵⁶ POLÍCIA INDICIA 35 POR INVASÃO DA CUTRALE. *Folha de São Paulo*, 04 de fevereiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A12;

⁵⁷ Ibidem;

que pagar pelos crimes que comete. Para isto, utilizou de diversas táticas, muitas delas já citadas durante o texto, mas houve outras, como reportagens que mostraram ações do movimento em outros estados. Essa tática foi utilizada algumas vezes depois da ação na fazenda Santo Henrique, como esta reportagem de uma ação do MST no Pará, a edição da *Folha de S. Paulo* de 06 de novembro de 2009 com o seguinte título “*Polícia do PA vê indício de ação do MST em destruição de fazendas*”⁵⁸, o movimento ocupou duas grandes fazendas, da Agropecuária Santa Bárbara e da Agropecuária Rio Vermelho, no qual o movimento também foi acusado de destruir casas de funcionários e máquinas, o MST se defendeu dizendo que havia pessoas infiltradas a serviço dos proprietários na ocupação e que causaram as destruições para acusá-lo. A Agropecuária Santa Bárbara afirmou que o prejuízo passou de três milhões de reais, a sua fazenda também foi contestada pelo INCRA como sendo uma fazenda da União, ao meio da reportagem se fez referencia a ocupação da fazenda Santo Henrique. Esta reportagem pareceu vir para confirmar que o MST realmente causa destruições nas fazendas em que ocupa.

Na edição de 30 de janeiro de 2010, havia outra reportagem que seguiu esta mesma linha. Dessa vez três integrantes do MST haviam sido presos em Santa Catarina suspeitos de planejar uma ocupação que, segundo o jornal, a polícia descobriu a ação através de escutas.

[...] Segundo o Ministério Público e a Polícia Militar, os sem-terra pretendiam invadir terrenos da Zona de Processamento de Exportação da cidade e do BNDES.

A Ação ocorreu na mesma semana em que nove pessoas foram presas no interior de São Paulo por suspeita de envolvimento na depredação de fazenda da multinacional Cutrale em 2009.

A promotora Nádea Bissoli, que pediu as prisões em Santa Catarina, disse que escutas e informações de agentes infiltrados desde dezembro justificaram as detenções.

De acordo, com Bissoli, os três presos praticaram formação de quadrilha e incitação à violência e poderiam ter causado dano, lesão corporal e prejuízo ao ambiente. [...] ⁵⁹ (Destaques nossos)

Mostraram inicialmente todo um processo de investigação que foi feito para impedir uma ação do MST considerada um crime pela Polícia, um deles, o de formação de quadrilha,

⁵⁸ POLÍCIA DO PA VÊ INDÍCIO DE AÇÃO DO MST EM DESTRUIÇÃO DE FAZENDAS. *Folha de São Paulo*, 06 de novembro de 2009. Editoria: Brasil, p. A10;

⁵⁹ TRÊS SEM-TERRA SÃO PRESOS EM SC ACUSADOS DE PLANEJAR INVASÕES. *Folha de São Paulo*, 30 de janeiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A8;

como fora também mencionado no início deste capítulo. Os outros crimes de que foram acusados nem chegaram a acontecer, e foram suposições. Para legitimar que o MST não é um movimento social, mas sim uma organização criminosa, uma quadrilha, associou estas prisões ao caso do MST e da Cutrale em São Paulo, dizendo das nove pessoas que foram presas.

Mas, o espaço em que a *Folha de S. Paulo* revelou realmente o seu posicionamento em relação ao MST, foi na Editoria “Opinião”, que não havia nenhuma referência de quem escreveu esta seção. Mas, é a parte do jornal que pode ser elaborada pelo editor, sendo a opinião autorizada. Esta saiu no domingo de 27 de dezembro de 2009, e a coloquei na íntegra, pois havia muito que refletir e questionar em relação ao que foi colocado neste texto.

Título: Reforma Imaginária

Ações violentas do MST são táticas de desespero de grupo decadente para manter vivo o mito da revolução agrária no país

QUEM SE dispuser a ouvir o líder vitalício do MST, João Pedro Stédile, cedo perceberá que ele pontifica sobre um país que só existe em seus sonhos arcaicos de revolução agrária. Hoje 81% dos brasileiros vivem em cidades, a democracia vigora há um quarto de século e o país se destaca como potência agroindustrial. O MST, contudo, almeja reverter a modernização com atos violentos e insensatos.

A decadência do movimento foi exposta com rara acuidade analítica em artigo de Zander Navarro nesta Folha. O sociólogo estuda o MST desde sua fundação, em 1984, quando ainda estava restrito à região Sul e expressava uma demanda real por terras para pequenos agricultores. É instrutivo reconstituir os passos de juízo devastador de Navarro sobre a organização.

O MST, assinala, deixou de ser um movimento social. Perdeu a espontaneidade característica e burocratizou-se, perpetuando uma liderança que se aferra ao esclerosado leninismo. Poderia ter optado por tornar-se uma poderosa central sindical do campo após a triunfante Marcha sobre Brasília de 1997, mas refugiou-se numa semiclandestinidade de resultados, em tudo dependente de fundos estatais.

Sua base social desapareceu, ou está em vias de fazê-lo. Quando muito, sobrevive em alguns bolsões de atraso, mas nada que justifique um bilionário programa nacional de reforma agrária. As nefandas "ações" do MST contam apenas com a mobilização compulsória dos próprios assentados e o apoio de guetos esquerdistas retrógrados.

Para contrabalançar a falta de legitimidade e de quadros, o grupo se esfalfa para aparentar tamanho perturbador – “o maior movimento social do planeta” – com recurso a invasões ruidosas. Não contentes em decidir arbitrariamente quem é produtivo e quem não é, atropelando aliados na burocracia agrária, líderes do MST deram para menosprezar a Justiça. Mandam invadir e depredar propriedades que, segundo seu arbítrio, ocupam terras públicas griladas.

Assim ocorreu com uma fazenda da empresa Cutrale, no interior paulista, quando os sem-terra destruíram milhares de pés de laranja. Diante da justa grita contra a barbárie, o MST responde com a cínica acusação de que se

busca criminalizar a questão agrária. Ora, a ilicitude dos atos é flagrante; não fosse a tolerância política com o MST, seus líderes estariam atrás de grades.

Há, no entanto, quem considere o MST pouco radical. É o caso de Plínio de Arruda Sampaio, militante do PSOL de quem a Folha editou artigo na mesma data. A destruição de 7.000 pés de laranja da Cutrale, para ele, foi um erro: "Deviam ter destruído 70 mil (...) a fim de chamar mais a atenção para o fato de que essa fazenda ocupa ilegalmente terras públicas com a conivência do Poder Judiciário".

Tamanho desprezo pelo Estado de Direito resvala do delírio pueril para o pesadelo de reviver o passado a qualquer custo. Está na hora de o MST crescer e desaparecer.⁶⁰

Neste texto, a *Folha de S. Paulo* posicionou-se diante de um conflito histórico na sociedade brasileira: a luta pela terra, desconsiderando a reforma agrária, taxou-a de anacrônica e defendeu o latifúndio e seus proprietários. Foi uma transparente expressão da luta de classes. Deixou clara a sua teoria de que o MST não teria mais sentido de continuar existindo, para isto utilizou-se dos seguintes argumentos: que João Pedro Stédile é o eterno líder do movimento e tem uma visão arcaica que, segundo o jornal, é a de acreditar em uma revolução agrária, sendo que o Brasil é um país urbano, e é uma liderança que se “aferra ao esclerosado leninismo”, dando a entender que são teorias que não servem mais para o mundo em que vivemos.

A matéria se utilizou da estatística que 81% dos brasileiros vivem na cidade, apesar de não se referir a que condições grande parte desses brasileiros vivem, e que a “democracia vigora”. O Brasil é destaque como potência agroindustrial, ou seja, não há espaço para pequenos agricultores.

A *Folha de S. Paulo* utilizou de algo praticamente inquestionável em nossa sociedade, a ciência, citando Zander Navarro, um sociólogo que estuda o MST e “provou” que ele está em decadência. Acreditam que o MST teria que ter se tornado uma central sindical do campo (burocratizada e oficial), que seria mais fácil para Estado controlar, mas o MST fez a opção de atuar na “semiclandestinidade” e ainda dependendo de fundos estatais.

O Jornal afirmou que o MST não tem mais base, e para causar medo o movimento fica afirmando ser o “maior movimento social do planeta”, contestando assim, o seu tamanho. Acusou o movimento de “decidir arbitrariamente quem é produtivo e quem não é”. Chamou

⁶⁰ REFORMA IMAGINÁRIA. *Folha de São Paulo*, 27 de dezembro de 2009. Editoria: Opinião, p. A2;

o movimento de cínico quando se defende dizendo que está sendo criminalizado, e que os “líderes” como a *Folha de São Paulo* chamou, só não estão presos porque o governo foi tolerante com as suas ações.

Utilizaram-se da opinião de Plínio de Arruda Sampaio, formado em Direito pela USP e mestrado em economia pela Universidade de Cornell, porém, no texto, foi citado apenas como militante do PSOL - Partido Socialista - não fazendo referência a sua formação acadêmica, dizendo que ainda havia pessoas que afirmam que o MST é pouco radical, interpretação do jornal, acerca de outro artigo de Plínio por eles publicado. Para encerrar, afirmou que o MST não deveria mais existir.

A *Folha de São Paulo* faz parte da grande mídia brasileira, o que significa ser uma difusora de ideias e opiniões pelo país buscando, assim, a continuidade da construção de uma ideologia que faz parte de um processo de luta por hegemonia.

A mídia foi essencial para a continuidade da classe dominante no poder, difundindo ideias e legitimando como normal vários processos, como estamos vendo por todo este texto com as análises das reportagens sobre o caso do MST e a empresa Cutrale, no qual a todo o momento a *Folha de São Paulo* buscou construir que o MST invade terras, é uma quadrilha, e que não deveria mais existir, pois a classe dominante brasileira defende o agronegócio em detrimento da reforma agrária. Sendo assim, a grande mídia tem um papel essencial de provar que o melhor projeto para o campo no nosso país é o projeto do agronegócio, ou seja, legitimá-lo perante a sociedade.

Para Laura Antunes Maciel a mídia, ao longo de sua história se legitimou enquanto um meio de informação sobre o que está acontecendo no mundo e no país, ou seja, para a sociedade o que está na mídia foi o que realmente aconteceu, foi verdade, uma forma de informação segura. Por isso, a ideia de que a mídia e a informação são neutras foi facilmente aceita pela nossa sociedade conseguindo, dessa forma, construir uma versão que se tornou hegemônica, tanto a do significado do MST – acusado de anacronismo e de promover badernas, quanto ao significado do agronegócio – louvado como o modelo ideal para a agricultura.

A própria *Folha de São Paulo*, se colocou em uma posição de imparcialidade em grande parte das suas reportagens, e até na sua própria apresentação, “*Folha de São Paulo*, um jornal a serviço do Brasil”, conseguimos pensar em um jornal que apenas transmite

informações neutras. Outro método foi conter na maioria de suas reportagens, de alguma forma, a opinião dos diversos sujeitos envolvidos em determinado acontecimento que estava sendo noticiado.

Portanto, temos que analisar como o jornal interpreta a realidade e qual a sua atuação na nossa sociedade, Maciel considera o jornal como uma força social:

O jornal, como uma força social que atua no presente, seleciona e fatia aspectos da realidade que constituirão a pauta do debate público, disputando com outras forças sociais a direção a ser dada aos acontecimentos enquanto eles se desenrolam. Definindo e dando visibilidade a interpretações, argumentos, comportamentos, sujeitos e experiências consideradas válidas, normais, memoráveis e silenciando sobre outras que não ganham a chancela do jornal e, portanto, não chegam até a opinião pública/leitores.⁶¹

Em busca de romper com esta hegemonia construída pela grande mídia, a esquerda como um todo procurou produzir os seus próprios meios de comunicação. Movimentos sociais, partidos, sindicatos utilizam de mídias tradicionais como a imprensa, para divulgar as suas lutas, suas reivindicações e disputar outro projeto de sociedade.

Para entender como o MST lidou com a repercussão desta ocupação da fazenda Santo Henrique, analisamos reportagens do jornal *Brasil de Fato*, mencionado anteriormente. No caso deste jornal, a pesquisa foi feita apenas pelo sítio, ou seja, nem todas as reportagens que analisamos foram para a edição impressa.

Apesar de ter encontrado reportagens durante os anos de 2011 e 2012, nos detemos apenas nas reportagens dos anos de 2009 e 2010, como as analisadas no Jornal *Folha de São Paulo*, abarcando o mesmo período nas duas fontes de pesquisa. No *Brasil de Fato* a primeira reportagem foi de 06/10/2009 e a última de 28/09/2010.

A primeira reportagem do *Brasil de Fato* também não foi da data da ocupação, foi do dia 06/10/2009, com o seguinte título “**MST denuncia grilagem de terras da Cutrale**” e veio com a intenção de apresentar uma nota pública elaborada pelo MST para esclarecimentos dos motivos da ocupação.

⁶¹ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. IN: FENELON, D. R., MACIEL, L. A., ALMEIDA, P. R., e KHOURY, Y. A. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Editora Olho d'água, 2004, p.40;

Cerca de 250 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) permanecem acampadas desde a semana passada (28/09), na fazenda Capim, que abrange os municípios de Iaras, Lençóis Paulista e Borebi, região central do estado de São Paulo. A área possui mais de 2,7 mil hectares, utilizadas ilegalmente pela Sucocítrico Cutrale para monocultura de laranja, que demonstra o aumento da concentração de terras no país, como apontou o censo agropecuário do IBGE.

A área da fazenda Capim faz parte do chamado Núcleo de Monções, um complexo de 30 mil hectares divididos em várias fazendas e de posse legal da União. É nessa região que está localizada a fazenda da Cutrale e onde estão localizadas cerca de 10 mil hectares de terras públicas reconhecidas oficialmente como devolutas, além de 15 mil hectares de terras improdutivas.

A ocupação tem como objetivo denunciar que a empresa está sediada em terras do governo federal, ou seja, são terras da União utilizadas de forma irregular pela produtora de sucos. Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma. Agrária (INCRA) já teria se manifestado em relação ao conhecimento de que as terras são realmente da União, de acordo com representantes dos Sem Terra em Iaras.

Como forma de legitimar a grilagem, a Cutrale realizou irregularmente o plantio de laranja em terras da União. A produtividade da área não pode esconder que a Cutrale grilou terras públicas, que estão sendo utilizadas de forma ilegal, sendo que, neste caso, a laranja é símbolo da irregularidade. A derrubada dos pés de laranja pretende questionar a grilagem de terras públicas, uma prática comum feita por grandes empresas monocultoras em terras brasileiras como a Aracruz (ES), Stora Enzo (RS) entre outras. Nossa ação não é contra as laranjas, mas contra a Cutrale. Infelizmente, as influencias da empresa na imprensa nacional, manipulou o protesto dos ocupantes, para esconder a verdadeira situação. A mesma imprensa esqueceu de comentar que usando os métodos mais escusos possíveis a CUTRALE se transformou numa empresa que monopoliza todo o comércio de laranjas do estado de São Paulo. E que super explora os agricultores dela dependentes.

O local já foi ocupado diversas vezes, no intuito de denunciar a ação ilegal de grilagem da Cutrale. Além da utilização indevida de terras, a empresa está sendo investigada pelo Ministério Público do estado de São Paulo pela formação de Cartel no ramo da produção de sucos, prejudicando assim os pequenos agricultores. A Cutrale também já foi autuada inúmeras vezes por causar impactos ao ecossistema, poluindo o meio ambiente ao despejar esgoto sem tratamento em diversos rios. No entanto, nenhuma atitude foi tomada em relação a esta questão.

Há um pedido de reintegração de posse, no entanto as famílias deverão permanecer na fazenda até que seja marcada uma reunião com o superintendente do INCRA, assim exigindo que as terras griladas sejam destinadas para a Reforma Agrária. Com isso, cerca de 400 famílias acampadas seriam assentadas na região. Há hoje, em todo o estado de São Paulo, 1.600 famílias acampadas lutando pela terra. No Brasil, são 90 mil famílias.

Direção Estadual do MST-SP ⁶² (Destaques nossos)

O movimento tentou mostrar em sua nota, que o principal objetivo de ocupar a área e derrubar os pés de laranja foi denunciar que aquelas terras estavam sendo utilizadas de forma irregular pela empresa Cutrale, que as terras eram da União. Para reforçar seus argumentos, o MST apontou em sua nota que a grilagem de terras é uma prática recorrente de grandes empresas, como Cutrale e Aracruz. Outro argumento utilizado foi mostrar como grande parte da imprensa nacional repercutiu a ação, tentando evidenciar a parcialidade da mídia. Nesta nota, conseguimos perceber quando colocaram o que a imprensa não noticiou sobre a empresa Cutrale e o que foram os processos que a empresa enfrentava por formação de Cartel e autuações por poluição do meio ambiente. Assim, para o MST, o que ficou nas notícias foi que ele próprio era contra a produção de laranjas.

No dia seguinte 07/10/2009, teve outra reportagem, com o objetivo de noticiar que a área tinha sido desocupada pelas 250 famílias do MST. Colocaram que estavam acampados na fazenda desde 28 de setembro, denunciando que a posse daquelas terras era da União. Um fato que chamou atenção foi que em praticamente todas as reportagens, o *Brasil de Fato* fez questão de afirmar que as terras eram da União e estavam sendo utilizadas de forma ilegal pela empresa Cutrale.

No dia 08/10/2009, o *Brasil de Fato* publicou uma Análise feita por Gilmar Mauro, um dos integrantes da coordenação nacional do MST, com o título “*As laranjas e o show*”. Gilmar Mauro iniciou tratando da relação de muitos políticos com a Cutrale, em relação a financiamentos de campanhas, que muitos desses políticos vinham fazendo a defesa da Cutrale dentro do Congresso. Porém, segundo ele, são poucos os políticos que pegaram o microfone no Congresso para falar da função social da terra e garantir a Constituição. Fez uma crítica ao Estado Democrático de Direito, questionando para quem os direitos são cumpridos e afirmando que tais direitos são para manter a propriedade privada. Nesse mesmo texto afirmou que não era a primeira vez que o movimento ocupava este latifúndio, as terras são reivindicadas desde 1995 para a reforma agrária, e acusou a Cutrale de que, quando começou a utilizar as terras, sabia que eram da União, e tinha então, a intenção de regularizar as terras em seu favor, pois a empresa ocupou a fazenda não fazia cinco anos. Encerrou sua

⁶² Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/1534> >. Acesso em: 7 maio 2012.

análise dizendo que as reivindicações do MST são para que a terra cumpra sua função social, produzindo alimentos saudáveis e preservando a natureza, e por uma sociedade justa.

Uma nota de esclarecimento do MST, feita pela direção nacional, foi publicada no *Brasil de Fato* no dia 09/10/2009, o jornal não fez comentários como na nota anterior apresentada. Esta nota foi bem extensa, e teve como principal objetivo desconstruir o que a mídia vinha divulgando sobre a ocupação.

[...] 1. A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. O resultado do Censo de 2006, divulgado na semana passada, revelou que o Brasil é o país com a maior concentração da propriedade da terra do mundo. Menos de 15 mil latifundiários detêm fazendas acima de 2,5 mil hectares e possuem 98 milhões de hectares. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras.[...]

3. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas, como acontece, por exemplo, no Pontal de Paranapanema e em Iaras (empresa Cutrale), no Pará (Banco Opportunity) e no sul da Bahia (Veracel/Stora Enso). São áreas que pertencem a União e estão indevidamente apropriadas por grandes empresas, enquanto se alega que há falta de terras para assentar trabalhadores rurais sem terras. [...]

5. Somos contra a violência. Sabemos que a violência é a arma utilizada pelos opressores para manter seus privilégios. E, principalmente, temos o maior respeito às famílias dos trabalhadores das grandes fazendas quando fazemos as ocupações. Os trabalhadores rurais são vítimas da violência. Nos últimos anos, já foram assassinados mais de 1,6 mil companheiros e companheiras, e apenas 80 assassinos e mandantes chegaram aos tribunais. São raros aqueles que tiveram alguma punição, reinando a impunidade, como no caso do Massacre de Eldorado dos Carajás.

6. As famílias acampadas recorreram à ação na Cutrale como última alternativa para chamar a atenção da sociedade para o absurdo fato de que uma das maiores empresas da agricultura que controla 30% de todo suco de laranja do mundo “C se dedique a grilar terras. Já havíamos ocupado a área diversas vezes nos últimos 10 anos, e a população não tinha conhecimento desse crime cometido pela Cutrale. [...]”⁶³

O movimento utilizou como estratégia de argumentação dados concretos, para dar maior legitimidade ao que estava dizendo e defendendo, quando falou da concentração de terras no país utilizou dados do Censo. Trouxe em outros pontos o embate claro entre o movimento e o agronegócio, acusando a mídia de ter se utilizado da ação para defender os interesses do agronegócio e criminalizar o MST. Encerrou a nota pedindo a sociedade para não julgar o movimento pelo que estava sendo apresentado na grande mídia.

⁶³ Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/1943>>. Acesso em: 8 maio 2012.

Em 14/10/2009 o *Brasil de Fato* publicou outra Análise, desta vez não havia autoria, dando a entender que foi uma opinião do próprio jornal, apresentado com o seguinte título “*Disputa de modelos agrícolas*”, e trouxe o contraponto entre a agricultura familiar e o agronegócio. Iniciou colocando em comparação os dados de produção da agricultura familiar e do agronegócio.

O censo agropecuário de 2006, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), põe uma luz sobre os dois modelos agrícolas em disputa hoje no nosso país. Nele está evidenciado que: agricultura familiar, ocupando apenas 24% da área agrícola, produz 38% da riqueza desse setor produtivo; emprega 75% da mão de obra no campo; responde por 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Do outro lado, a agricultura não familiar, o chamado agronegócio representa apenas 15,6% do total dos estabelecimentos agrícolas, mas monopoliza 75,7% da área agrícola e impõe ao país um modelo, há cinco séculos, centrando na grande propriedade, na monocultura e no interesse de atender o mercado externo. [...] ⁶⁴

O jornal utilizou de dados do IBGE para travar a disputa entre os dois modelos de agricultura e legitimar que a agricultura familiar produz mais do que o agronegócio. Logo após esses dados, foi feito um histórico da questão agrária no Brasil, demonstrando que sempre foi difundida a manutenção do latifúndio, e consolidado na década de 1990, com o fortalecimento do neoliberalismo. Segundo o *Brasil de Fato*, grupos agroindustriais transnacionais e o capital financeiro passaram a ter grandes interesses na agricultura brasileira, formando o que se tornou o agronegócio, e reafirmaram que a forma como a mídia tratou os acontecimentos só poderia ser explicado no âmbito de disputa entre estes dois modelos. O jornal fez ainda questionamentos, tirados de uma nota do movimento, a respeito das acusações feitas aos integrantes do MST, como o suposto roubo de 15 mil litros de combustível da Cutrale e destruição de máquinas agrícolas. Os acusados saíram escoltados por policiais. Os integrantes do MST, todavia, não tinham ferramentas que conseguissem partir um trator ao meio, entre outras. O objetivo deste trecho foi desconstruir todas as acusações feitas pela mídia e confirmadas pela Polícia Militar.

As reportagens seguintes continuaram a disputa com a grande mídia, acusando-a de criminalizar o MST, e qualquer luta social, que contraponha os projetos hegemônicos de

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/3720> >. Acesso em: 9 maio 2012.

nossa sociedade, como o agronegócio. Como vimos no título da reportagem do dia 15/10/2009 ***“Para incriminar MST, imprensa corporativa ignora grilo da Cutrale”***, colocando que para construir uma versão do acontecimento, a grande imprensa utilizou de artifícios como omissão, não dizendo em alguns momentos o nome da empresa envolvida, em outros concede a titularidade da terra a Cutrale, ignorando a posição do INCRA que afirmou que as terras eram da União. Outra afirmação recorrente feita pelo *Brasil de Fato* foi em relação a essa titularidade da terra, mostrando sempre que o movimento só ocupou porque as terras estavam sendo utilizadas irregularmente pela empresa Cutrale, já que as terras são da União, e não poderiam estar sendo utilizadas por uma empresa privada, e que era preciso denunciar para que as terras fossem para a reforma agrária.

Ocorreu uma frequência de reportagens sobre a Cutrale e o MST até 12/11/2009, sendo essa a última reportagem que encontramos neste ano a respeito. No ano seguinte – 2010 – a primeira reportagem sobre o acontecimento, foi em 26/01/2010, com o seguinte título ***“Nove militantes do MST são presos em Iaras (SP)”*** abarcando, então, a prisão de militantes do MST que estiveram envolvidos na ocupação da fazenda Santo Henrique. E praticamente todas as outras reportagens deste ano, que conseguimos encontrar no *Brasil de Fato* foram a respeito destas prisões.

Esta primeira reportagem foi publicada no dia seguinte à prisão de integrantes do MST, e teve a intenção de mostrar como estavam sendo feitas as prisões e que os advogados dos integrantes do movimento, estavam tendo muita dificuldade de ter acesso ao processo. Em seguida, veio uma nota do MST – SP, falando das prisões.

Na manhã desta terça-feira (26/01) recebemos, com extrema preocupação, a informação que desde o final da tarde de ontem (25/01) a polícia está fazendo cercos aos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária na região de Iaras - SP, portanto mandados de “busca, apreensão e prisão”, com o intuito de intimidar, reprimir, e prender militante do MST. Neste momento já estão confirmadas as detenções de nove militantes assentados e acampados do MST, que estão na Delegacia de Bauru – SP. No entanto, há a possibilidade de mais prisões e outros tipos de repressão.

Os relatos vindos da região, bastante nervosos e apreensivos, apontam que os policiais além de cercarem casas e barracos, prenderem pessoas e promoverem o terror em algumas comunidades, também têm apreendido pertences pessoais de muitos militantes – exigindo notas fiscais e outros documentos para forjar acusações de roubos e crimes afins. A situação é gravíssima, o cerco às casas continua neste momento (já durando quase um dia inteiro), e as informações que nos chegam é que ele se manterá por mais dias.

Nossos advogados estão tentando, com muita dificuldade, acompanhar a situação e obter informações sobre os processos – pois a polícia não tem assegurado plenamente o direito constitucional às partes de informação sobre os autos e, principalmente, sobre as prisões. No entanto, é urgente que outros apoiadores Políticos, Organizações de Direitos Humanos e Jornalistas comprometidos com a luta pela Reforma Agrária e com a luta do povo brasileiro divulguem amplamente e acompanhem mais de perto toda a urgente situação. A começar pelas pessoas que vivem na região de Iaras, Bauru e Promissão.

Situações como esta apenas reforçam a urgência da criação de novos mecanismos de mediação prévia antes da concessão de liminares de reintegração de posse, e de mandados de prisão no meio rural brasileiro – conforme previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) – com o intuito de diminuir a violência contra trabalhadores rurais.

No caso específico e emergencial de Iaras, tal repressão é o aprofundamento de todo um processo de criminalização e repressão que foi acelerado a partir da repercussão exagerada e dos desdobramentos políticos ocorridos na regional de Iaras (SP) por ocasião da ocupação da Fazenda – Indústria Cutrale, em outubro de 2009. O MST reivindica há anos para a Reforma Agrária aquelas áreas do Complexo Monções, comprovadamente griladas da União por esta poderosa transnacional do agronegócio. Ao invés de se acelerar o processo de Reforma Agrária e a democratização do uso da terra, sabendo-se que naquela região do estado de São Paulo há milhares de famílias de trabalhadores rurais que precisam de um pedaço de chão para sobreviver e produzir alimentos, o que obtemos como “resposta” é ainda mais arbitrariedade, repressão e violência.⁶⁵ (Destaques nossos)

Percebemos que o MST e o *Brasil de Fato* deram a estas prisões dois focos para fazer a disputa de opinião da sociedade, a primeira foi destacar como estavam sendo feita as prisões, de forma exagerada, como se os militantes do MST fossem grandes criminosos armados, e a forma ilegal das prisões, pois nenhum dos presos havia sido chamado a se apresentar para depor. O MST alegou que a forma correta pela lei seria primeiro convocar para comparecer a delegacia, caso não fossem, seriam decretadas as prisões. O segundo foco foi apresentar como os advogados estavam tendo dificuldade de ter acesso aos documentos dos processos.

A reportagem que o *Brasil de Fato* publicou no dia seguinte, foi elaborada a partir de uma entrevista coletiva de Gilmar Mauro, pelo MST, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em que o entrevistado afirmou que considerava as prisões como políticas, uma forma de criminalizar o MST, pois nenhum dos presos tinham se negado a prestar depoimento à justiça, não necessitando, portanto, das detenções.

⁶⁵ Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/1497>>. Acesso em: 8 maio 2012.

Em 29/01/2010, quem escreveu a matéria, na seção “Análise” foi a coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), posicionando-se a respeito das prisões efetivadas a integrantes do MST, com o título “*Espetacularização da Justiça*”. A CPT questionou a forma como foram efetuadas as prisões destes militantes, e como foram noticiadas. Comparou as prisões de políticos corruptos feitas no ano de 2008, em que foram algemados e que tal procedimento foi condenado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, recebendo o apoio de diversos senadores e deputados. A CPT questionou onde estavam estes políticos e o presidente do STF Gilmar Mendes, para criticar a forma como se deu a prisão dos trabalhadores sem terra. Assim, a CPT quis diferenciar o tratamento dado a elite brasileira e a classe trabalhadora.

No dia 03/02/2010, o *Brasil de Fato* publicou na seção “Análise” um texto falando da forma como estavam sendo feitas as prisões contra militantes do MST. A novidade, no caso, foi que não estavam ocorrendo prisões apenas em São Paulo, mas também em Santa Catarina, em que militantes foram acusados de planejar uma ocupação que ainda nem tinha sido realizada, novamente, as principais acusações foram formação de quadrilha e esbulho possessório. O jornal argumentou que a reforma agrária voltou a ser criminalizada, através destas prisões e das acusações feitas aos militantes do movimento. Retomou também o caso de São Paulo, ao fato de as prisões terem diversas irregularidades. Uma delas foi que durante os quatro meses passados a polícia chamou diversas pessoas, entre funcionários da empresa Cutrale e militantes do MST para depor, porém das 20 pessoas que tiveram a prisão decretada nenhuma delas foi convocada para depor.

Nesta mesma reportagem, o jornal apontou como justificativa para aumentar o quadro de violência e criminalização no campo, o fato de o governo Lula não ter cumprido a proposta de meta já rebaixada de reforma agrária que tinha sido feita por ele, e também não ter determinado ao ministro da Agricultura a atualização dos Índices de Produtividade.

Outra reportagem, publicada no dia 11/02/2010, tratava de um ato que foi realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, em apoio à libertação dos militantes presos do MST e contra a criminalização dos movimentos sociais, no qual foi anunciado a libertação dos 20 trabalhadores sem terra que estavam sob prisão preventiva. Apesar disso, eles continuaram como réus do processo que investiga a ocupação na fazenda utilizada pela empresa Cutrale.

Em reação à criminalização que o MST estava sofrendo, organizou-se uma rede de solidariedade chamada de “Somos todos sem terra”, que foi apresentada pelo *Brasil de Fato* em uma reportagem publicada em 12/02/2010, e que tinha como objetivos juntar forças contra a grande mídia que aliada a bancada parlamentar do agronegócio estava tentando criar uma CPI para investigar os movimentos sociais, e também pautar a importância da Reforma Agrária.

Em 19/02/2010, o jornal publicou uma reportagem com o seguinte título “*Em defesa da Cutrale, polícia aterroriza militantes do MST*”, com o objetivo de mostrar como se deu a chamada Operação Laranja, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, que investigou a ação do MST. A operação resultou em 20 mandatos de prisão, sete pessoas terminaram presas por mais de duas semanas e 13 não foram encontradas. O jornal apontou ainda que houve diversas irregularidades nesta Operação, e que foi desnecessária o tamanho da ação policial, o fato de as pessoas não terem sido intimadas a depor anteriormente, e as violentas abordagens, que são contadas pelas famílias do movimento ao longo da reportagem.

“Não vai levantar não, vagabundo? O senhor usa drogas?”. Eram 5 horas da manhã, quando a porta de lona e madeira de Gentil Alves, um senhor de 78 anos, era arrancada por quatro homens. Sozinho em seu “barraco”, ele viu toda a roupa de sua família ser jogada e revirada no chão.

“Um magrinho falou: ‘o veio não deve não, daqui um dia, nós volta’. Fiquei tremendo de medo”, recorda-se Seu Gentil, camponês que possui um lote de 6 alqueires no assentamento Loiva Lourdes, em Borebi, no interior do estado de São Paulo. Ele e sua mulher, dona Nair, de 66 anos, moram com a neta e a bisneta de 6 meses. Ele foi um, entre tantos, que foi surpreendido com a chamada Operação Laranja, da Polícia Civil de São Paulo, investigação que desencadeou as detenções de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) devido à destruição de pés de laranja da transnacional Cutrale, ocorrida em outubro do ano passado.

Na manhã do dia 26 de janeiro, a operação que envolveu cerca de 150 policiais no cumprimento de mandados de busca e apreensão invadiu vários barracos. [...] ⁶⁶

O que pareceu foi que os integrantes do movimento foram tratados como se fizessem parte de uma quadrilha de traficantes de drogas armados, muitos policiais, uma abordagem violenta. O *Brasil de Fato* apresentou que, para as entidades de direitos humanos, esta ação policial foi exagerada, pois todos os detidos tinham residência fixa e trabalhavam, não havia necessidade de prisão preventiva, apenas nos casos em que os réus se negassem a depor.

⁶⁶ Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/1756> >. Acesso em: 7 maio 2012.

A última reportagem que encontramos no *Brasil de Fato* no ano de 2010, foi em 28/09/2010, e pareceu ter como objetivo mostrar como a classe dominante age para criminalizar a classe trabalhadora organizada, garantindo a continuidade dos seus projetos. O jornal retomou o caso da ocupação da fazenda Santo Henrique, resgatando quais foram as consequências da ação, em que a classe dominante agrária propôs a criação de uma nova CPI para investigar o MST e pautou a não atualização dos índices de produtividade rural prometida pelo governo Lula. Em uma fala de João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, colocada na reportagem, apontou que se a mesma ação tivesse ocorrido em outra conjuntura, não teria tido tamanha repercussão. A reportagem deu a entender que a CPI pode ter sido uma tática para desviar o debate de atualização dos índices de produtividade.

Nesta mesma reportagem o jornal trouxe novamente a questão das omissões da grande mídia em relação a Cutrale, e uma dessas omissões foi a ligação da empresa com alguns deputados, que receberam da Cutrale nas suas campanhas eleitorais e que foram a favor da CPI para investigar o MST, o jornal apontou quais são os deputados e os valores recebidos da empresa.

No geral o que pudemos perceber foi que o *Brasil de Fato* não publicou tantas reportagens como o jornal *Folha de São Paulo*, porém as reportagens foram mais longas e com mais conteúdo, sempre buscando “responder” às acusações veiculadas nos grandes meios de comunicação. Os termos utilizados pelo *Brasil de Fato* para se referir a ação foi “ocupação”, para se referir aos trabalhadores sem terra foi “acampados”, para referenciar a fazenda e a empresa Cutrale foram termos como “terras griladas”, “latifúndio” e “agronegócio”, fazendo a diferenciação entre o projeto de Reforma Agrária do MST e do agronegócio da classe dominante rural.

O *Brasil de Fato*, evidenciou que tem um posicionamento, que defende os movimentos sociais, diferente da *Folha de São Paulo* que sempre se apresentou em um posicionamento de suposta neutralidade.

Ficou evidente que o *Brasil de Fato* queria mostrar que a grande mídia também não é imparcial, neutra, como pudemos ver em muitas reportagens do jornal e nesta do dia 18/02/2010, com o título “*O carnaval da vida*”, destacou diversos acontecimentos dos últimos meses em que a grande mídia não tratou com profundidade as questões, e um dos acontecimentos foi a ação do MST, em que o *Brasil de Fato* tratou da TV Globo.

[...] *O caso da fazenda Cutrale*

A TV Globo e sua rede de influências utilizou todo seu arsenal para criminalizar os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criar um clima na opinião pública, como se a derrubada de alguns pés de laranja fosse um crime hediondo. Mas não disse nada sobre a invasão de terras públicas pela empresa. E não disse nada sobre o processo que a Polícia Federal move contra a empresa por prática de cartel e distorção de preços pagos aos agricultores, que levou de milhares deles à falência. Tudo isso foi o pano de fundo para que a Polícia Civil e Militar de São Paulo, do governo do tucano José Serra, fizessem um verdadeiro carnaval; deslocaram oito delegados, 150 homens fortemente armados, para prender nove militantes do MST, 45 dias depois da ordem judicial emitida, pasmem, sem ouvir ninguém, no dia 10 de dezembro de 2009. Felizmente, o Tribunal de Justiça de São Paulo recolocou as coisas no seu devido lugar e deu liberdade aos militantes presos. Mas a Globo não comentou nada. [...] ⁶⁷

O jornal apontou que o que poderia “sujar” a imagem da empresa Cutrale não foi noticiado pela rede de televisão, mas o que criminalizava o MST esteve em evidência. ⁶⁸

⁶⁷ Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/3918>>. Acesso em: 8 maio 2012.

⁶⁸ No episódio analisado, *Folha de São Paulo* e *Brasil de Fato*, evidenciou embates de forças e poderio econômico desiguais, expressam os conflitos sociais que perpassam a sociedade brasileira, bem como a luta pela “verdade” – aquela que cada grupo social entende como a expressão de seus interesses e projetos. A grande circulação de um jornal, como a *Folha*, bem como a ampla rede financeira e de outros negócios em que ele está envolvido, na maior parte das vezes determina o seu poder de convencimento e de divulgação de pontos de vista e “verdades” que vão ao encontro da visão de mundo de muitas pessoas, por isso tem ampla aceitação e contribuem na tessitura da hegemonia do agronegócio no Brasil, marginalizando e excluindo vastos setores sociais. PAULA, D. A. Notas de orientação, em 15/10/2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar como se dá a disputa entre forças hegemônicas e contra hegemônicas da sociedade, entre a classe dominante agrária e os trabalhadores rurais sem terra. Com projetos divergentes os dois travam uma disputa, o primeiro para manter-se o poder, dando continuidade ao seu projeto político para o campo brasileiro, o segundo, para romper com este projeto dominante e tornar-se hegemônico. O espaço de disputa analisado foi a mídia, que vem cumprindo um importante papel de construção de hegemonia em nossa sociedade.

Com a análise de praticamente todas as reportagens que foram publicadas no *Jornal Folha de São Paulo*, do dia 10 de outubro de 2009 a 20 de fevereiro de 2010, a respeito da ocupação feita pelo MST na fazenda Santo Henrique, utilizada pela empresa Cutrale, no interior de São Paulo, conseguimos perceber que o jornal fez questão de acompanhar este caso quase que diariamente, ou seja, havia uma importância sendo dada para ele. Pois, a *Folha de São Paulo* poderia ter optado por divulgar as diferentes ocupações de terras que acontecem freqüentemente em nosso país, mas optou por acompanhar a repercussão deste acontecimento.

Podemos considerar que este caso se tornou um acontecimento pela proporção da sua repercussão, construída pela classe dominante agrária, que utilizou a seu favor esta ação do movimento.

O que conseguimos visualizar foi que o MST teve que enfrentar diretamente o agronegócio e seus defensores, vemos isto através de propostas elaboradas pela classe dominante agrária, para criminalizar e combater a luta deste movimento social. Isto se deu através de propostas dentro do Congresso Nacional e através da Justiça. Conseguimos visualizar através das reportagens três principais embates/ataques que o movimento teve que enfrentar deste setor dominante. O primeiro foi uma proposta de abertura de uma CPMI para investigar as verbas e ações do movimento, pedido feito dentro do Senado Federal pela chamada bancada ruralista. O segundo foi a busca feita também por este setor para atrasar a atualização dos índices de produtividade da reforma agrária. Uma das principais reivindicações do MST na época da ocupação era atualizar informações acerca da produção, em termos de tipo e quantidade de produtos nessas áreas. O terceiro foi a prisão de militantes do movimento que participaram da ocupação, ou seja, uma forma concreta de provar que o

movimento é uma organização criminosa, porque quem vai para a cadeia é criminoso. Estes ataques foram repetidos diversas vezes na *Folha de São Paulo*.

Esta repercussão mostrou a estreita relação entre agentes do Estado e setores da classe dominante agrária. Com análise das fontes, algumas reflexões e indagações pareceram ser necessárias para entendermos porque a grande mídia fez questão de tornar pública esta ocupação e as suas repercussões. Pensamos em três “sujeitos” para fazer essas reflexões, a grande mídia, representada pela *Folha de São Paulo*, o agronegócio e o MST.

O que primeiro questionamos foi como a grande mídia foi construindo posicionamentos durante este processo, que parecem ser naturais, como o fato de sempre fazerem referência à ação do movimento, como uma “invasão”, e que o MST e seus integrantes são uma “quadrilha de criminosos”. O que conseguimos visualizar com essa análise das reportagens do jornal *Folha de São Paulo*, foi que uma das suas principais defesas, foi que o MST não deveria mais existir, para não mostrar claramente que é contra qualquer tipo de organização da sociedade que busca reivindicar direitos, defende uma posição de que o movimento sem terra já teve a sua importância, mas que, hoje não há mais sentido de existir. Mas, quais os interesses que estão em jogo para a *Folha de São Paulo* fazer essas defesas?

Muitos conflitos no campo acontecem no Brasil com frequência, são ocupações de terras, acampamentos, marchas, alguns chegam a ocorrer assassinatos de trabalhadores rurais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), só em 2009, ano desta ocupação, foram assassinados 26 trabalhadores rurais causados por conflitos agrários. Que raramente são noticiados na grande imprensa. Mas, Por que nem todo o conflito agrário tem a mesma repercussão que este? Podemos considerar algumas hipóteses. Uma delas foi que esta fazenda produzia laranjas, consideradas alimento para a sociedade, sendo assim, utilizaram o acontecimento como forma de disputa de consciência, colocando o movimento como contraditório que afirma a luta por soberania alimentar, mas ao mesmo tempo destruiu alimento. Outra hipótese seria que desta vez, a ocupação foi em uma fazenda utilizada por uma empresa multinacional, com grandes poderes e influências políticas. Uma terceira, poderia estar relacionada à produção de laranjas da fazenda, de ser uma grande multinacional, mais o fator de que a bancada ruralista já vinha em um processo de criminalizar o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST).

Quanto ao MST, por que optou por fazer uma ocupação que batesse diretamente com o agronegócio? Podemos pensar que foi uma forma de conseguir visibilidade e ter acesso a grande mídia, pois analisando as falas do MST foram praticamente todas criticando o agronegócio, o papel da mídia, e a grilagem de terras no país (na denúncia de que aquelas terras pertencem a União e não a empresa Cutrale). Na tentativa de criar um “fato”.

No jornal *Brasil de Fato* os principais argumentos apresentado pelo MST e pelo próprio jornal foi que a ocupação e derrubada dos pés de laranja, foi a forma que encontraram para denunciar a grilagem de terras, feitas por grandes empresas como a Cutrale, a Aracruz, entre outras. Também foi uma denúncia à monocultura de laranjas. Sempre buscaram contrapor o que estava sendo divulgado na grande mídia, acusando-a de manipular e omitir informações em relação à empresa Cutrale, como a prática de ações ilegais pela empresa como cartel e destruição do meio ambiente, e que a mídia vinha criminalizando o movimento. Nas reportagens do *Brasil de Fato* foi constatemente afirmado que a posse das terras era da União. O jornal também afirmou que o conflito agrário aumentou, pois o governo Lula não cumpriu nem a proposta rebaixada de reforma agrária, e nem a fez a atualização dos índices de produtividade.

O movimento e seus apoiadores, intelectuais, políticos e partidos, fizeram uma campanha contra a criminalização do próprio MST e de movimentos sociais no geral, veiculada com frequência nas páginas do *Brasil de Fato*.

Essas reflexões e indagações deixam claro que há um forte conflito entre o MST e a classe dominante agrária. O que pode mostrar esse conflito? Há dois ou mais diferentes projetos para o campo brasileiro?

Na formação do campo brasileiro predominou o latifúndio, que vem se metamorfoseando no projeto agronegócio, aprofundado e fortalecido na onda do neoliberalismo e tornando-se hegemonia. Assim, podemos considerar que os movimentos sociais fazem uma resistência defendendo um projeto de reforma agrária, travando um embate direto com este setor e tentando conquistar parte da “opinião pública”.

Com a análise desse episódio foi possível perceber a força social representada pela grande imprensa, não somente divulgando versões, mas construindo hegemonia. Há disputas, evidenciadas, nesse trabalho, pelo jornal *Brasil de Fato*, que busca também a divulgação da versão dos movimentos sociais, mas, há que se ressaltar que é um veículo com uma circulação

infinitamente menor do que a *Folha*, por exemplo. Por outro lado, percebe-se como um acontecimento pode trazer significados mais amplos relacionados às relações de forças sociais em conjunturas específicas. E, ao fim, evidencia que a reforma agrária ainda não é assunto liquidado no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Batista. A reforma agrária no governo Lula parte 1. Acesso em: <<http://mineracaosudesteparaense.wordpress.com/2011/02/15/a-reforma-agraria-no-governo-lula-parte-i/>> Acesso em: 10 de jul. 2012.

BOTTOMORE, T. B. e GUIMARÃES, Antonio Monteiro. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CARVALHO FILHO, José Juliano. Depois de fazer uma análise da forma como sucessivos governos agiram ao divulgar os balanços de assentamentos de trabalhadores sem-terra, o professor ratifica a posição do Movimento Sem Terra em relação ao governo Lula: os números divulgados não estão de acordo com a realidade e não representam um efetivo processo de Reforma Agrária. Disponível em:

<http://www.recid.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=97&Itemid=2> Acesso em: 10 de jul. 2012.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas: tese de doutorado, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano, WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. Bernardo Mançano Fernandes (org.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FONTES, Virginia Maria e MENDONÇA, Sônia Regina. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 4ª Edição. São Paulo: editora Ática, 1996.

FONTES, Virginia Maria. Hegemonia severina: Conservação e mudança, convencimento e coerção. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais... Niterói: UFF, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 2ª Ed., 1978.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. IN: FENELON, D. R., MACIEL, L. A., ALMEIDA, P. R., e KHOURY, Y. A. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Editora Olho d'água, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2ª Ed., 1985.

MENDONÇA, Maria Luisa e RESENDE, Marcelo. A contra-reforma agrária no Brasil. IN: **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. Mônica Dias Martins. São Paulo: Viramundo, 2004.

_____. Apresentação. IN: **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. Mônica Dias Martins (Org.). São Paulo: Viramundo, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990**. STÉDILE, J. P. (org.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MILITÃO, Maria do Socorro Ramos. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: observações sobre a reforma intelectual e moral gramsciana**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2008.

NEVES, Lúcia Maria W. Gramsci e a nova pedagogia da hegemonia. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais. Niterói: UFF, 2008.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. IN: LE GOFF, Jacques. **História: Novos problemas**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro, F. Alves, p. 179-193, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 177. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2012.

PAULA, Dilma A. Desenvolvimento, tecnologia e internacionalização: a “vocação agrícola” brasileira e o agronegócio por meio da imprensa. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais... Niterói: UFF, 2008.

ROSSET, Peter. O Bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. **IN: O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. Mônica Dias Martins (Org.). São Paulo: Viramundo, 2004.

SANDRONI, Paulo (organização). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SIMÃO, Pâmela Aparecida Vieira. **Folha de São Paulo (1990-2008): A construção e (des)construção de uma memória sobre a experiência dos brasileiros no exterior**. 2009. 87f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. “JOGO” DE CENA E PODER DE CLASSE NO BRASIL DO SÉCULO XXI: A Contra-Reforma Agrária no Governo Lula. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%20Tese/Tese_Livre%20Docencia/Textos/VOL2_Final/arquivos_PDF_v2_impress%E3o/texto%208-V%202-final.pdf> Acesso em: 10 de jul. 2012.

Vigna, Edécio. Reforma agrária: um programa interditado. **Brasil de Fato**, São Paulo. Análise. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/4013>>. Acesso em: 10 de jul. 2012.

FONTES

Folha de São Paulo de 7 de outubro de 2009 a 20 de fevereiro de 2010:

JUSTIÇA ORDENA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA FAZENDA. *Folha de S. Paulo*, 07 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

MST RECHAÇA ACUSAÇÕES DE DANOS E FURTOS EM FAZENDA. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A6;

MST DEIXA PLANTAÇÃO APÓS DEPRENDAR IMÓVEIS E TRATORES. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria Brasil, p. A4;

MST DEIXA PLANTAÇÃO APÓS DEPRENDAR IMÓVEIS E TRATORES. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

DE NOVO O MST. *Folha de São Paulo*, 08 de outubro de 2009. Editoria: Opinião, p. A2;

MST RECHAÇOU ACUSAÇÕES DE DEPREDACÃO. *Folha de São Paulo*, 09 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A11;

POLÍCIA VAI PEDIR PRISÃO DE SETE SEM-TERRA. *Folha de São Paulo*, 09 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A11;

AÇÃO DO MST EM LARANJAL É 'VANDALISMO', DIZ LULA. *Folha de São Paulo*, 10 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

MST SE DEFENDE E ALEGA SER VÍTIMA DA MÍDIA. *Folha de São Paulo*, 10 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

MÍDIA INFLUENCIOU EM REINTEGRAÇÃO, AFIRMA SEM-TERRA. *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A10;

INCRA VESTE CAMISA DO MST, DIZ RURALISTA. *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A4;

POLÍCIA CIVIL JÁ IDENTIFICOU 11 SUSPEITOS DE AÇÃO. *Folha de São Paulo*, 12 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A6;

“GOVERNO NÃO FINANCIA MST”, DIZ MINISTRO. *Folha de São Paulo*, 14 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A8;

MST NÃO É 'CAPACHO' DE LULA E VAI MANTER INSVASÕES, DIZ STÉDILE. *Folha de São Paulo*, 31 de outubro de 2009. Editoria: Brasil, p. A8;

SEM-TERRA AFIRMA QUE AÇÃO É 'SHOW' PRÉ-ELEIÇÃO. *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A8;

POLÍCIA PRENDE 7 DO MST POR DESTRUIÇÃO DE LARANJAL EM SP. *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A8;

POLÍCIA INDICIA 35 POR INVASÃO DA CUTRALE. *Folha de São Paulo*, 04 de fevereiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A12;

POLÍCIA DO PA VÊ INDÍCIO DE AÇÃO DO MST EM DESTRUIÇÃO DE FAZENDAS. *Folha de São Paulo*, 06 de novembro de 2009. Editoria: Brasil, p. A10;

TRÊS SEM-TERRA SÃO PRESOS EM SC ACUSADOS DE PLANEJAR INVASÕES. *Folha de São Paulo*, 30 de janeiro de 2010. Editoria: Brasil, p. A8;

REFORMA IMAGINÁRIA. *Folha de São Paulo*, 27 de dezembro de 2009. Editoria: Opinião, p. A2.

Brasil de Fato de 6 de outubro de 2009 a 19 de fevereiro de 2010:

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1534>>. Acesso em: 7 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1943>>. Acesso em: 8 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3720>>. Acesso em: 9 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1497>>. Acesso em: 8 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1756>>. Acesso em: 7 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3918>>. Acesso em: 8 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877734-grupo-folha-triplica-faturamento-em-dez-anos-e-consolida-lideranca.shtml>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>> Acesso em: 17 jun. 2012.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.cutrale.com.br/cutraleHome/index.jsp?link=99&tab=3>>. Acesso em: 9 maio 2012.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/140503/p_038.html>. Acesso em: 9 maio 2012.

Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf>. Acesso em: 9 maio 2012.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/conheca-a-vida-escolar-de-plinio-de-arruda-sampaio-20100727.html>>. Acesso em: 19 set. 2011.

Disponível em:

<http://www.google.com.br/imgres?q=Mapa+da+regiao+do+N%C3%BAcleo+Colonial+Mon%C3%A7%C3%A3o+em+S%C3%A3o+Paulo&um=1&hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR:official&biw=1280&bih=681&tbn=isch&tbnid=hri9fSigZtF0tM:&imgrefurl=http://blog.zequinhabarreto.org.br/category/reforma-agraria/&docid=VOzq8p_Qmj69M&w=390&h=220&ei=CH53TzdEMicgQeMyrX6DA&zoom=1&iact=hc&vpx=198&vpy=173&dur=151&hovh=168&hovw=299&tx=135&ty=114&page=1&tbnh=144&tbnw=255&start=0&ndsp=15&ved=1t:429,r:0,s:0>. Acesso em: 19 set. 2011.

Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4550427-EI15315,00-Quem+e+Plinio+de+Arruda+Sampaio+candidato+do+Psol+a+presidencia.html>> Acesso em: 19 set. 2011.

Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/clipping.php?id=398>>. Acesso em: 19 set. 2011.

Disponível em: < http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf >. Acesso em: 9 maio 2012.

Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/04/20/conflitos-no-campo-brasil-2010-34-trabalhadores-assassinados/>>. Acesso em: 15 out. 2012.